



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

VALÉRIA MARTINS CAVALCANTI

**TRAJETÓRIAS, REPERCUSSÕES E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS
EGRESSOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL - UEPB**

Campina Grande – PB

2021

VALÉRIA MARTINS CAVALCANTI

**TRAJETÓRIAS, REPERCUSSÕES E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS
EGRESSOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - UEPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho.

Campina Grande – PB

2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C377t Cavalcanti, Valéria Martins.

Trajetórias, repercussões e inserção profissional dos egressos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional - UEPB [manuscrito] / Valéria Martins Cavalcanti. - 2021.

90 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho, Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA."

1. Egresso Mestrado. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Atuação profissional. 4. Pós-graduação. 5. Atividade laboral. 6. Ocupação de trabalho. 7. Atuação profissional. I. Título

21. ed. CDD 338

VALÉRIA MARTINS CAVALCANTI

**TRAJETÓRIAS, REPERCUSSÕES E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS
EGRESSOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL – UEPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obter o título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração:
Desenvolvimento Regional

Aprovada em: 20 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:



Prof^a. Dr^a. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho
(Orientadora)



Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB


Prof. Dr. José Otávio Aguiar
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Dedico este trabalho à minha mãe, por sempre colocar a educação dos filhos como prioridade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que sempre permitiu que meus objetivos fossem alcançados, frutos de todos os anos de estudos.

Agradeço à minha orientadora, professora Ângela Maria Cavalcanti Ramalho, por ter aceitado acompanhar-me nesta pesquisa. O seu empenho e direcionamento foram essenciais para a minha motivação, à medida que as dificuldades iam surgindo ao longo do percurso.

A todo o corpo docente do curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, que me forneceu as bases necessárias para a realização deste trabalho. Vocês foram parte fundamental desta caminhada.

À secretária do Curso, por toda presteza e eficiência na resolução de cada demanda apresentada.

A todos que aceitaram participar da pesquisa, contribuindo para concretização do trabalho.

Aos meus pais e irmãos, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos meus colegas, em especial Douglas, Laudilene e Vilani, por todos os momentos compartilhados: ajuda, desabafos, risadas e perrengues. Vocês tornaram o percurso mais leve.

A todos os meus amigos, por entenderem minhas ausências e me darem força e incentivo durante o Curso.

Aos colegas de trabalho, por toda compreensão e torcida em todas as etapas do Curso.

“É na sociedade em que os homens são livres e em que são mínimos os obstáculos à circulação e ao exercício da iniciativa individual, que emerge a harmonia. O progresso, não surge necessariamente da “lógica da História”, mas está ao alcance dos homens, e o caminho para alcançá-lo já é conhecido. O essencial seria dotar-se de instituições que possibilitem ao indivíduo realizar plenamente suas potencialidades.”

Celso Furtado

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar a atuação e inserção profissional dos egressos mestres do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A Pós-graduação tem uma importância significativa na produção do conhecimento científico, com um papel socioeducativo de formação do pesquisador e professor do ensino superior capaz de propor novas perspectivas teórico-metodológicas para a universidade e desencadear novos olhares sobre a sociedade. Neste sentido, o acompanhamento de egressos são temas recorrentes na revisão da literatura e no debate acadêmico. A metodologia da pesquisa, em função dos objetivos, é de caráter exploratória e descritiva, com abordagem analítica quanti-qualitativa e respaldo da história oral. A população do estudo foi composta por todos os egressos que finalizaram o curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no período compreendido entre de 2011 e 2020, relacionado ao tempo de existência do programa, desde sua criação até os dias atuais. A coleta de dados se deu através de quatro diferentes fontes: sistema de armazenamento de dados da Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB, a Plataforma *Lattes* (a fim de se conhecer o currículo da população do estudo), entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionário por meio da ferramenta *Google Forms*. Os dados apontam que a realização do mestrado repercutiu de forma positiva na vida profissional dos egressos e corroborado com o entendimento da problemática local por meio das pesquisas realizadas. Foi possível identificar também o perfil dos egressos e identificadas insatisfações e insuficiências que podem direcionar melhoria no curso e ratificar a necessidade de maior investimento na pós-graduação. As considerações finais apontam que a implantação do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional na cidade de Campina Grande - PB tem repercutido de forma positiva na vida profissional dos seus egressos, contribuindo para o processo de desenvolvimento da região, através da promoção de pesquisas e a produção de recursos humanos qualificados voltados à essa área.

Palavras-Chave: Egressos. Trabalho. Desenvolvimento Regional.

ABSTRAT

The present study aimed to analyze the performance and professional insertion of masters graduates from the Postgraduate Course in Regional Development at the State University of Paraíba (UEPB). Graduate studies have a significant importance in the production of scientific knowledge, with a socio-educational role in training university researchers and professors capable of proposing and providing new theoretical-methodological perspectives for the university and society, from this point of view, the accompaniment of graduates is a recurrent theme in the literature review and in the academic debate. The research methodology based on the objectives is exploratory and descriptive, with a quantitative-qualitative analytical approach and supported by oral history. The study population consisted of all graduates who completed the Master's Degree Program in Regional Development at the State University of Paraíba (UEPB), in the period between 2011 and 2020, in comparison to the program's lifetime, from its creation to the present day. Data collection was carried out through four different sources: the Post-Graduate Course in Regional Development at UEPB's data storage system, the Lattes Platform (in order to know the study population's curriculum), semi-structured interviews and questionnaire application through the Google Forms tool. The data indicates that the completion of the master's program had a positive impact on the professional life of the graduates and corroborated the understanding of local problems and situations through the research carried out. It was also possible to identify the graduates' profiles and identify dissatisfaction and insufficiencies that could lead to the improvement in the course provided and ratify the need for greater investment in graduate studies. The final considerations point out that the implementation of the Master's course in Regional Development in the city of Campina Grande - PB has had a positive impact on the professional life of its graduates, contributing to the region's development process, through the promotion of research and production of qualified workforce dedicated to this area.

Keywords: Graduates. Work. Regional development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fatores que interferem no desenvolvimento humano	32
Figura 2 – Nível de ocupação, por sexo, segundo o nível de instrução	34
Figura 3 – Cartograma – Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não estavam ocupados, segundo as Unidades da Federação– 2019.....	34
Figura 4 – Distribuição percentual do pessoal ocupado, por nível de instrução, segundo as atividades econômicas – Brasil/2019	35
Figura 5 - Região Metropolitana de Campina Grande	39
Figura 6 - Localização Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	40
Figura 7 - Mapa de localização residencial dos alunos matriculados no programa da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – UEPB	44
Figura 8 – Motivo da escolha do curso.....	56
Figura 9 – Nível de exigência do curso.....	57
Figura 10 – Adequação de conteúdos ministrados e disponibilidade docente.....	58
Figura 11 – Publicação da dissertação.....	59
Figura 12 – Frutos das dissertações.....	60
Figura 13 – Quantidade de publicações.....	60
Figura 14 – Quantidade de publicações de acordo com o sexo.....	60
Figura 15 – Produção científica brasileira em relação à produção global.....	61
Figura 16 – Atividade exercida antes e depois do mestrado.....	62
Figura 17 – Atividades desempenhadas após o mestrado que têm relação com essa qualificação.....	62
Figura 18 – Atividades exercidas antes da pós-graduação.....	64
Figura 19 - Atividades exercidas após a pós-graduação.....	65
Figura 20 – Salário depois da realização do mestrado.....	66
Figura 21 – Salário depois da realização do mestrado de acordo com o gênero.....	66
Figura 22 – Relação Mestrado X Processo de Trabalho.....	68
Figura 23 – Satisfação profissional após o mestrado.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos cursos de pós-graduação em desenvolvimento regional no País	20
Tabela 2 - Distribuição dos cursos de pós-graduação em desenvolvimento regional por município	21
Tabela 3 – Distribuição de pós-graduações por diferentes regiões brasileiras. Brasil/2020	28
Tabela 4 - Distribuição geográfica do local de residência e distância em km à cidade do curso dos egressos da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB. Paraíba, 2011-2020	42
Tabela 5 - Cursos de graduação dos egressos da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB. Paraíba, 2011-2020	44
Tabela 6 - Análise descritiva das variáveis socioeconômicas dos egressos da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB. Paraíba, 2011-2020. Média de idade 38,62 (8,08)	41
Tabela 7 - Evolução da distribuição regional da produção científica no Brasil por região.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis que serão avaliadas no presente estudo	37
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPG – Associação Nacional de Pós-graduandos

APCN – Apresentação de Propostas para Cursos Novos

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa

FAPESQ – Fundação de Apoio à Pesquisa

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituição de Ensino Superior

NIC – Novos Países Industrializados

PPG – Programa de Pós-Graduação

PPGDR – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Contextualização do problema	16
1.2	Objetivos	18
1.2.1	<i>Geral</i>	18
1.2.2	<i>Específicos</i>	18
1.3	Justificativa	19
2	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PÓS - GRADUAÇÃO: TRAJETÓRIAS E REPERCUSSÕES	21
2.1	Desenvolvimento Regional no Brasil	21
2.2	Trajétoria histórica do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional.....	28
2.3	Entrelaçamentos do PPGDR e o Desenvolvimento Regional: um processo de inserção social.....	33
3.1	Caracterização da Pesquisa	43
3.2	Caracterização do Lócus Social da Pesquisa	47
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
4.1	Trajétoria, repercussão e inserção profissional dos egressos do curso PPGDR- UEPB	49
4.1.1	<i>Caracterização dos sujeitos</i>	49
4.2	A Escolha pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional– UEPB.....	57
4.3	Recursos Educacionais para Formação/Capacitação.....	58
4.4	Perfil e Repercussão da Pós-graduação na Atividade Profissional dos egressos	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	77
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	86

1.INTRODUÇÃO

No mundo globalizado, com processo de desenvolvimento econômico acelerado, o mercado de trabalho tem cada vez mais demandado profissionais com conhecimento diferenciado para a aplicação na prática de trabalho, com qualidade produtiva e dos serviços. Sendo assim, o novo perfil do aluno de graduação necessita de professores com conhecimentos além da academia, com inovação, ciência e tecnologia de ponta levando a Universidade a vínculo constante na busca por uma melhor formação acadêmica.

Neste cenário, o Brasil, frente às constantes transformações no mercado de trabalho e o processo de globalização, se depara com o desafio de educar e formar recursos humanos qualificados para fomentar uma política de desenvolvimento regional, capaz de alavancar a produtividade do país e garantir a empregabilidade (TEIXEIRA, 2008). O desafio é ainda maior quando se observa regiões historicamente menos desenvolvidas, tendo em vista as altas taxas de desemprego serem ainda maiores nessas regiões e concentradas na população menos qualificada (FELIPPO et al. 2018).

Neste sentido, a tarefa da educação se torna ainda mais relevante quando se analisa o contexto macro, da necessidade de se devolver às pessoas aquilo que as restringe de exercer seu poder de escolha e expandir sua liberdade racional que potencialize seu desenvolvimento pessoal e participação como cidadão politizado. Nessa perspectiva, Campos (1994) assinala sobre a importância de um programa que promova uma formação pensando no bom desempenho profissional de seus egressos, pois, se a formação for pensada em nível individualista, distanciando-se do contexto laboral, esta, pouco irá contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos em nível pessoal/profissional.

O teórico Vygotsky (2018) pondera que o ambiente formador de conhecimento é capaz de produzir transformações e ressignificações na vida dos sujeitos em nível acadêmico, pessoal e profissional, uma vez que este influencia diretamente a sua maneira de pensar e agir perante uma realidade social.

De forma conjectural, o termo “trabalho qualificado” passou a ser relacionado a uma educação especializada, que fornece um conhecimento avançado, capaz de

suprir as demandas solicitadas, de forma que o trabalhador se apresente apto para acompanhar as mudanças e as novas habilidades que forem solicitadas (SCHWAB, 2016).

Na concepção contemporânea, considera-se que as regiões com maior probabilidade de desenvolvimento são aquelas cujos atores sociais contribuem para um projeto político efetivo, que corroborem com soluções alternativas para a redução das iniquidades sociais geradas pelo modelo econômico vigente e alcance o bem estar econômico, social e cultural da comunidade local (SANTOS, 2015).

Sendo assim, a universidade apresenta um papel fundamental como dinamizadora do processo de desenvolvimento local e regional, ampliação de pesquisa, no compromisso social na medida em que contribui com a sociedade na função de formar capital humano e propiciar a geração e desenvolvimento socioeconômico tendo em vista que as relações estabelecidas entre os atores sociais - Universidades, empresas, sociedade civil, impulsionam o desenvolvimento. Principalmente, se está sintonizada com as questões locais, com a formação de uma rede de cooperação com ações integradas. Ao mesmo tempo, a pós-graduação se constitui num espaço importante para o incremento da produção científica, com estudos consistentes, cuja base é possível formular investigações, e análise crítica da sociedade e seus problemas conjunturais.

A universidade é uma instituição social que acompanhou ao longo dos anos a complexidade da sociedade contemporânea, tornando-se complexa, multifuncional, inserida em um campo formado por diferentes interesses (SILVA, 2003). Através da Pós-graduação, a universidade tem alcançado uma posição estratégica nas leituras sobre a realidade social, difusão da ciência, cultura e geração de pesquisas, dinâmica dos processos de formação e inovação tecnológica.

No processo histórico-social plural, a universidade tem assumido múltiplas funções e atividades a exemplo da produção sistemática de conhecimentos e a formação de profissionais em nível superior, dando-lhe uma visão mais ampla da área que vai desempenhar suas funções. Em síntese, forma os profissionais para atuarem nos diversos campos de gestão e serviços em várias áreas do conhecimento.

As universidades são caracterizadas como depositárias das esperanças sociais de grande parte da população, que espera e cobra resultados, benefícios sociais e culturais efetivos das IES. As instituições para darem cumprimento a essa tarefa, necessitam ter uma consistência clara e suas potencialidades e limites, bem como contar com mecanismos capazes de indicar com clareza as diretrizes e metas futura (LOUZADA E MARTINS, 2005).

Portanto, diante do enfoque apresentado, esta pesquisa centrou-se na perspectiva de mapear a trajetória profissional dos mestres do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), tendo como hipótese que o programa de pós-graduação impacta o desenvolvimento profissional dos sujeitos estudados e consequentemente da região na qual estão inseridos.

Para tanto, o trabalho se estrutura em quatro tópicos, seguidos das considerações finais. No primeiro está a introdução que tem por finalidade realizar a contextualização do tema escolhido, a problematização, os objetivos e a justificativa da pesquisa.

Em seguida, no segundo tópico, apresentamos um breve contexto sobre a Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e o desenvolvimento regional no Brasil. Em seguida é discorrido sobre a trajetória histórica do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional para melhor compreensão acerca de sua importância. Em seguida são expostos os entrelaçamentos do PPGDR e o Desenvolvimento Regional que corrobora para o processo de inserção social.

No terceiro tópico, descrevemos de forma minuciosa a metodologia que melhor se aplicou para atingirmos os objetivos propostos no trabalho, referenciando todos os procedimentos que foram adotados, instrumentos utilizados para coleta dos dados e método de análise.

Por fim, quarto tópico, respectivamente, expomos os resultados e discussões, acerca da repercussão do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional na trajetória dos egressos do curso e as considerações finais, apresentamos a contribuição científica deste estudo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

O Brasil, se encontra em um processo de desenvolvimento enfrentando o desafio de formar recursos humanos qualificados para consolidar uma política de desenvolvimento regional abrangendo todos os segmentos sociais. Neste sentido, o estudo sobre o desenvolvimento regional não deve ser entendido tão somente como um ponto de chegada, mas como um ponto de partida para entender a região como um indicador para pensar em si mesma, a partir de uma epistemologia reflexiva.

O teórico Rodrigues (2019) assinala o papel intrínseco da educação no desenvolvimento regional, no sentido de que, este está diretamente vinculado à formação de indivíduos, em níveis adequados de conhecimento e conscientes das desigualdades sociais, que possam apresentar iniciativas capazes de modificar positivamente o território onde habitam, e sendo capazes de buscar soluções efetivas para a realidade na qual estão inseridos.

Embora o ensino superior passe por inúmeros problemas, seja de ordem orçamentária, crescimento desordenado ou falta de conexão entre as pesquisas produzidas e as reais necessidades da sociedade (RIGHETTI, 2017), está claro que o poder público parece não estar tão preocupado com tal descompasso, arraigado à crença de que o desenvolvimento depende tão somente do crescimento econômico, quando na verdade é tecido por vários aspectos sociais, tais como: educação, saúde, moradia, bem estar e outras condições de vida (MENDES et al., 2018).

É fato que, dentre uma política nacional tida como não neoliberal, é papel do Estado proporcionar meios de suprir demandas que busquem aprimorar políticas públicas que maximizem os resultados dos programas de desenvolvimento das regiões de forma viável e igualitária

Ao analisar especificamente a questão educação, estudo de Camarano, Carvalho e Kanso (2019) atentam para o fato de que a baixa escolaridade, além de ser observada com preconceito pelos empregadores, pode-se apresentar como entrave para a permanência no mercado de trabalho, bem como para o aumento da produtividade das empresas, logo, a educação é encarada como facilitadora da inserção, manutenção ou recolocação no mercado de trabalho.

Neste sentido, o desenvolvimento regional, enquanto categoria analítica, tem apresentado maior relevância, devido às mudanças econômicas que o mundo tem

presenciado no momento, bem como aquela historicamente enraizada desde o processo de formação e expansão do país. Isto é, houve um agravamento na expansão de mercados e estagnação do modelo de produção em massa tem crescido a demanda por bens especializados e diferenciados, a partir da noção de especialização flexível e, portanto, a partir do surgimento de modelos de desenvolvimento melhor fundamentados.

O desenvolvimento regional é multidimensional não se restringindo ao sinônimo de crescimento econômico; é resultado da atuação de diversos atores sociais e institucionais de um dado determinado território, dentre as quais participam as instituições de ensino superior com atividades através dos segmentos de ensino, pesquisa e extensão.

Considerando ainda, que a universidade além da função de formação de mão de obra, tem um papel social pela questão da qualidade política e competência humana. A perspectiva social diz respeito à capacidade de produção e socialização do conhecimento que interfere diretamente no processo de desenvolvimento.

Diante do que foi exposto, o presente estudo apresenta o problema de pesquisa, partindo da seguinte indagação: ***quais as repercussões acadêmicas/profissionais dos mestres do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)?***

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

- Analisar a atuação e inserção profissional dos egressos mestres do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no período de 2011 a 2020.

1.2.2 Específicos

- Identificar o perfil profissional atual dos egressos e os motivos que os levaram a cursar a Pós-Graduação em desenvolvimento regional;

- Avaliar a contribuição da Pós-Graduação na vida profissional dos egressos quanto à docência, pesquisa e a produção científica;
- Mapear a caracterização sociodemográfica da população do estudo;

1.3 Justificativa

No cenário contemporâneo, o mercado de trabalho, no âmbito global, apresenta uma competitividade bastante acirrada o que demanda que os profissionais ampliem suas competências e qualificações, buscando diferenciais na sua atuação. Assim, a formação continuada é o caminho que vem sendo incentivado para o acúmulo de novos conhecimentos sistemáticos.

A realização do estudo traz contribuição no âmbito social e científico, pois almeja-se produzir novos conhecimentos a partir dos resultados obtidos que parte da premissa de que a atuação profissional dos egressos é, realmente, uma dimensão importante no processo de avaliação da Capes. Assinala-se ainda que a realização do estudo busca inferir a contribuição social do Programa no papel de formação de capital intelectual, um dos vetores que incidem diretamente sobre o desenvolvimento de um território.

Portanto, traçar o perfil dos egressos do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, considerando impacto na formação docente e de pesquisador; identificar o perfil profissional atual dos egressos, investigando entre os mesmos os motivos que os levaram a cursar a Pós-Graduação; avaliar a contribuição da Pós-Graduação para os egressos quanto à docência, pesquisa e a produção científica; mapear a caracterização sociodemográfica da população do estudo e identificar o grau de satisfação dos egressos quanto aos aspectos da orientação, literatura do curso e do corpo docente é nosso propósito neste trabalho.

Concomitantemente, no processo de avaliação de programas de pós-graduação, a atuação profissional dos egressos tem sido um indicador importante na dimensão acadêmico-científica, tendo como elemento norteador a qualidade que se produz no curso, no seio da universidade, o que implica considerar o diálogo e aproximação com a sociedade.

Sendo assim, a presente pesquisa faz-se relevante ao buscar compreender como a qualificação, no âmbito de mestrado, está contribuindo para que os egressos, adquiram novas habilidades, competências e preparo profissional, no que tange à qualidade de sua formação para uma melhor inserção no mercado de trabalho, bem como, evoluir em sua carreira profissional, seja financeiramente, seja em relação à ascensão no cargo de ocupação.

Para além disso, é importante conhecer quais as repercussões do processo na sua vida pessoal, acadêmica e profissional, como sujeitos de um processo amplo e inter-relacionado: instituição, educação e sociedade. Também na perspectiva de melhoria da qualidade da educação superior e o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Além do compromisso e responsabilidade social das instituições de educação superior, através da ampliação de sua função social na promoção dos valores democráticos, autonomia e respeito à diferença e à diversidade.

Considerando-se que a pesquisa científica precisa estar voltada para o benefício da sociedade e do desenvolvimento regional (RODRIGUES, 2019), é importante compreender os impactos que o programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional está trazendo à população de uma forma geral, sendo imprescindível para a avaliação e replanejamento do programa, na construção de instrumentos de avaliação com base na procedência, formação acadêmica e destino profissional dos egressos.

Neste sentido, apresentamos a relevância social do estudo considerando que o Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional /UEPB, está focado em contribuir para o desenvolvimento regional, por meio da produção de conhecimento científico e de inovações tecnológicas, em interface com as demandas da região na qual se encontra inserido na perspectiva de cumprir sua função social formando profissionais de elevada qualificação das áreas de ensino, gestão e pesquisa, muitos deles oriundos da própria região onde está inserido o programa e de outras regiões.

Além disso, são poucas e incipientes as informações sistematizadas sobre os egressos do PPGDR e a trajetória profissional, suas dificuldades e sua atuação no mercado profissional. Portanto, a relevância da pesquisa em tela remete à necessidade de autoavaliação da Instituição, dos processos de acesso, da

qualidade de formação oferecida, podendo ser utilizada como ferramenta na implementação de novos planos e currículos que atendam às demandas do mercado profissional.

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PÓS - GRADUAÇÃO: TRAJETÓRIAS E REPERCUSSÕES

2.1 Desenvolvimento Regional no Brasil

Historicamente observamos que o processo de desenvolvimento não ocorre de maneira igual e simultânea em todo o território nacional. Pelo contrário, é um processo bastante desigual e que, uma vez iniciado em determinados pontos, possui a característica de fortalecer áreas e regiões mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento. Assim, a dinâmica econômica regional torna-se um objeto de estudo bastante complexo e relevante, dadas as inter-relações existentes dentre as diferentes localidades e sua importância para a coesão da economia nacional.

Para Carvalho (2014), as intervenções governamentais em áreas pouco desenvolvidas são resultado de várias décadas de trabalho, cuja intensidade varia para criar condições para eliminar o atraso das comunidades pobres. Esforços que se concretizam, por essas áreas serem mais populosas e terem o potencial de desencadear problemas sociais e políticos capazes de demandar os administradores das regiões mais desenvolvidas. Demandando, portanto, a preocupação com a manutenção do equilíbrio do sistema nacional, que embasam as decisões político-administrativas dessa natureza.

O termo Desenvolvimento de uma nação, é diretamente relacionada ao crescimento econômico, que, partindo do princípio do aumento da produtividade do trabalho, resultaria em um acúmulo de capital capaz de assegurar um estado estacionário de sociedade equilibrada (CORRÊA; SILVEIRA; KIST, 2019).

Todavia, esse conceito foi paulatinamente sendo reformulado e adquirindo fatores incorporados a que implicassem no perfil de desenvolvimento de cada região, sendo interpretado, conforme Boisier (1996), como sendo desenvolvimento regional “um processo localizado de troca social sustentada que tem como

finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela”.

O conceito de desenvolvimento proposto por Celso Furtado, segundo Sousa *et al* (2020, p.183) envolve

escolhas com autonomia. Capacidade de eleger trajetórias que são construídas e que se apresentam abertas, sujeitas a decisões estratégicas, em ambiente de incerteza e de diferenciação de poder de agentes constituídos ou a constituir. Portanto é um processo inerentemente conflitivo, relacional, contestável e tenso (SOUSA *et al*, 2020, p.183)

Seguindo esse entendimento, Schumpeter (1985) apresenta o desenvolvimento como sendo um fenômeno distinto, sem nenhum movimento circular ou equilíbrio. Um processo que vai além de uma perspectiva empírica, conduzindo-nos a um processo social racionalizado, induzindo a uma perspectiva metafísica.

A partir de então, vários teóricos empenharam-se em estudar a dinâmica econômica regional, especialmente, no período iniciado, após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de esclarecer sua problemática e dinâmica, indicando, inclusive, as possíveis soluções para a superação do subdesenvolvimento. Dentre estudiosos desta área pode-se destacar François Perroux, cuja análise estimulou uma série de estudos convergentes como os desenvolvidos por Jacques-R Boudeville, Gunnar Myrdal, Alberto Hirschman e Douglass C. North. Em torno dos quais, pode-se estabelecer um consenso que passou a influenciar significativamente a condução da política econômica nacional (LIMA; SIMÕES, 2009).

Dessa forma, os autores supracitados afirmam que a primeira experiência mundial de planejamento regional pode ser considerada com origem na União Soviética, através do seu Plano de Eletrificação Nacional, estabelecido em 1925. Um plano que definia a construção de várias usinas hidroelétricas, prevendo seu aproveitamento como base para o desenvolvimento regional e de sua interligação futura. A Comissão Nacional de Planejamento, criada na União Soviética, em 1928, introduziu a dimensão regional e a preocupação geopolítica de ocupação da Sibéria.

Foi a partir da Segunda Guerra Mundial, que essa preocupação se tornou central, com a invasão alemã e com a alta concentração populacional e produtiva na Rússia europeia. A estratégia de defesa territorial levou à transferência de várias atividades produtivas, com a constituição de complexos produtivos voltados para o aproveitamento de recursos naturais locais e o planejamento do desenvolvimento de várias cidades na Sibéria, com localização de atividades industriais, especialmente, industrial-militar. Mais tarde, foi também planejado o desenvolvimento de centros urbanos dotados de serviços científicos e culturais como base para o desenvolvimento tecnológico, tendo como exemplo é a cidade científica de Akademgorodok, em Novosibirsk (MYRDAL, 1957).

A crise de 1929, de acordo North (1997), por provocar generalizada recessão econômica no mundo capitalista, trouxe à tona o problema das desigualdades regionais na maioria dos países industrializados, que vinham se formando desde o século anterior, mas não eram explicitadas. O entendimento dessas desigualdades e a mudança na concepção do papel do Estado, com a revolução keynesiana e o avanço das técnicas e práticas de planejamento, desencadearam a criação de políticas de redução das desigualdades regionais e de reordenamento do território em vários países, com a criação de instituições específicas para a implementação dessas políticas.

Para tanto, demandou-se grande esforço de interpretação teórica sobre a questão das desigualdades regionais e da concentração econômica, bem como de metodologias e técnicas de planejamento e de intervenção pública. Esse esforço pode ser sintetizado no que ficou conhecido como as duas “escolas” de pensamento. A primeira trabalhou com noção de “modelos de equilíbrio”, dando origem a dois livros denominados “Ciência Regional”, são eles: *Location and space economy* e *Methodsof regional and inter-regional analysis* (Isard, 1956 e 1960). Posteriormente, Isard organizou a história da ciência regional e da associação de ciência regional

Já a segunda partiu da noção de economia dominante e empresa dominante e dos efeitos interindustriais, tendo o autor, Perroux, forte influência de Schumpeter, com o conceito de inovação, visto que havia traduzido do alemão para o francês, a Teoria do Desenvolvimento Econômico, de Schumpeter. (ISARD, 2003 apud LIMA; SIMÕES, 2009).

No entanto, nas décadas de 1950 e 1960, a produção teórica e da implementação de políticas de desenvolvimento regional, entrou em crise. Entre os elementos explicativos dessa crise, podem ser listados: a) o sucesso da expansão econômica do pós-guerra e a redução da preocupação com a questão regional; b) reações político ideológicas contra a intervenção do Estado na economia; c) insatisfação e crítica dos resultados das políticas regionais pelos grupos de esquerda; d) incapacidade teórica de explicar os novos fenômenos (desindustrialização, emergência de novos centros baseados em alta tecnologia, mudanças na divisão internacional do trabalho, com os NIC's ; e) enfraquecimento das políticas regionais nos Estados Unidos, com a ascensão de Richard Nixon e dos governos republicanos; f) enfraquecimento das políticas regionais, por países, na Europa, com o avanço da União Europeia; g) crise do Estado interventor, com déficit público e processos inflacionários; h) alegação de corrupção em várias das instituições encarregadas das políticas regionais; i) desenho de uma nova visão do papel do Estado, o que ficou conhecido como “neoliberalismo” (LIMA; SIMÕES, 2009).

Após grandes críticas e a insatisfação com as políticas regionais implementadas até então, nas décadas de 1970 e 1980, a questão voltou à tona, a partir da década de 1990. Do ponto de vista prático, os avanços da União Europeia mudaram a natureza das políticas regionais. Além da diversidade interna em cada país, as diferenças entre países passaram a ser entendidas como problemas regionais de escala transnacional para o conjunto da região (União Europeia). Isso obrigou a União Europeia a avançar na formulação e prática da política regional (NORTH, 1977).

Frente ao exposto, é possível observar que as teorias de desenvolvimento regional passaram por grandes mudanças, tendo em vista a emergência de novos paradigmas teóricos que encontram nas especificidades de cada região, por exemplo, a história e ações dos agentes locais as principais causas do desenvolvimento, ou seja, boa parte dos caminhos para se alcançar o desenvolvimento que, conforme essa teoria, fundamenta-se em ampliar e melhorar as potencialidades socioeconômicas locais.

No Brasil, em meados do século XIX, as desigualdades regionais começaram a ser objeto de estudo e demanda dos administradores públicos

daquela época, vista as preocupações com as secas na região Nordeste (DINIZ, 2009). Todavia, o esforço teórico para compreensão da desigualdade regional brasileira se deu por meio de esforços de Celso Furtado, a partir do ano de 1959, quando este encontrava-se à frente do GTDN, criado com a finalidade de entender as causas e buscar soluções para esse fenômeno, por meio da elaboração de um planejamento regional, o que resultou posteriormente na criação da Sudene.

O interesse por essa demanda teve declínio, nas décadas de 1970 e 1980, devido ao fato dos economistas se mostrarem satisfeitos com o sucesso do “bem-estar social” que vinha despontando na Europa e Brasil, fruto da ditadura militar. Voltando a temática a ser relevante apenas no início dos anos 1990.

Porém, foi através da problemática nordestina, evidenciada no momento histórico do pós-Segunda Guerra Mundial, que fez com que Celso Furtado, com sua trajetória intelectual e pessoal, tomasse a frente da conscientização para o problema do “subdesenvolvimento” e, por consequência, das desigualdades dos ritmos de desenvolvimento entre os territórios, concentrando esforços para o entendimento e análise do território brasileiro (FURTADO, 2001).

Consagrando, seu livro “Formação Econômica do Brasil”, como pioneiro nos estudos realizados sobre desenvolvimento regional no Brasil, segundo o próprio Furtado, sua análise do processo histórico de formação da economia brasileira parte de uma visão ampla, procurando captar a cadeia de causalidades do processo de desenvolvimento (FURTADO, 1971).

Com esse entendimento, é possível observar que as políticas regionais implementadas até então deixam a desejar ao passo que não reconhecem algumas qualidades especiais da comunidade de pesquisa dessas regiões. Em um estudo realizado junto a líderes de pesquisa da área de biotecnologia no Brasil, Coutinho et al apontam que os pesquisadores das regiões ditas periféricas têm maior disponibilidade para incorporar em sua agenda de pesquisa demandas econômicas e sociais percebidas como relevantes para sua região (COUTINHO *et al*, 2003).

Isso significa que, além de recursos, o que essas regiões necessitam para se desenvolver do ponto de vista acadêmico é de um conjunto de programas orientados por parâmetros mais abrangentes, capazes de reconhecer e estimular a diversidade, ao mesmo tempo em que apoiam a qualidade (BALBACHEVSKY, 2005)

Tendo em vista o exposto, notamos o surgimento de um consenso que, ao

invés de uma grande teoria, é preciso uma abordagem multidisciplinar na busca do desenvolvimento, uma demanda que vem despertando o interesse mais epistemológico sobre a economia em espaços geográficos.

Frente a isso, fez-se pertinente, a continuidade da busca pelo conhecimento científico acerca das políticas de desenvolvimento regional, através das pesquisas realizadas pelos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional que foram surgindo em distintas instituições de ensino superior em diferentes regiões.

O Brasil atualmente conta com 15 cursos de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, sendo distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1- Distribuição dos cursos de pós-graduação em desenvolvimento regional no País

CARACTERÍSTICA	N (%)
Financiamento	
Público	9 (60%)
Privado	6 (40%)
Região	
Norte	3 (20,2%)
Nordeste	1 (6,6%)
Centro-oeste	1 (6,6%)
Sudeste	1 (6,6%)
Sul	9 (60%)
Grau do Curso	
Mestrado	11 (73,3%)
Doutorado	4 (26,7%)
Conceito do Curso	
3 cursos	5 (33,3%)
4 cursos	6 (40%)
5 cursos	4 (26,7%)
TOTAL	15 (100%)

Fonte: Plataforma Sucupira/Capes(2020)

Essa distribuição chama a atenção para o fato de que a maioria dos cursos de pós-graduação em Desenvolvimento Regional (60%) estão localizados em regiões consideradas desenvolvidas (Sul e Sudeste).

O primeiro programa de pós-graduação do Brasil nessa área foi criado em

1994 na Universidade de Santa Cruz do Sul – localizada no Rio Grande do Sul. Esse programa conta atualmente com dois cursos (mestrado e doutorado) e é avaliado com nota 5 pela CAPES – Ministério de Educação (BRASIL, 2018b).

Silveira *et al* (2020) afirma que os PPG's em Desenvolvimento Regional, tendem às mesmas motivações, que é responder às demandas de suas próprias regiões e Estados. Denotando como característica relevante, responsável pela criação e entrada de novos PPG's na área do Planejamento Urbano e Regional/Demografia, ser resultado da “interiorização” da pós-graduação no Brasil. Com poucas exceções, os novos PPG's em Desenvolvimento Regional localizam-se, em sua maioria, afastados das metrópoles do país, assim como do litoral.

Tabela 2- Distribuição dos cursos de pós-graduação em Desenvolvimento Regional por município

UF	MUNICÍPIO
PB	CAMPINA GRANDE
RS	TAQUARA
RS	IJUÍ
RS	SANTA CRUZ DO SUL
GO	GOIÂNIA
AP	MACAPÁ
PR	PATO BRANCO
SC	BLUMENAU
SP	FRANCA
SC	BLUMENAU
SC	CANOINHAS
RS	IJUÍ
TO	PALMAS
RS	SANTA CRUZ DO SUL
TO	PALMAS

Fonte: Plataforma Sucupira/Capes(2020)

Furtado (2013) nos lembra que somente por meio de um projeto político respaldado em conhecimento, consistente da realidade social, será capaz de romper a lógica perversa do “subdesenvolvimento” e que elaborar esse conhecimento deve ser tarefa para a qual devem contribuir as universidades, no nosso contexto, tarefa dos programas de estudos do Desenvolvimento Regional.

Nessa perspectiva, é importante buscarmos apresentar em que contexto se deu a criação do curso de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, bem como a trajetória até o panorama atual.

2.2 Trajetória histórica do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional

A existência de Instituições Universitárias em uma determinada localidade, bem como sua expansão, já produz, por si só, o desenvolvimento dessa região. Dessa forma, o fato dessa instituição implementar estudos de cunho multidisciplinares que busquem, de forma empírica, o desenvolvimento regional, exalta nesse processo de metalinguagem o compromisso em produzir conhecimento que respalde estratégias de enfrentamento às adversidades locais e o melhor aproveitamento das dinâmicas econômicas locais.

Todavia, para Silveira et al (2020), regiões que possuem uma universidade, que, por conjectura, têm na instituição um condicionante para o desenvolvimento e não conseguem compreender a dinâmica social e econômica de suas regiões, elas simplesmente estão na região. “Quando ‘mergulham’ na dinâmica das suas sociedades, procurando contribuir para a solução dos seus problemas, as universidades são da região” (SILVEIRA *et al*, 2020, p.1263).

É nessa perspectiva que a proposta apresentada de criação do PPGDR foi apresentada à CAPES e, embora seja indispensável essa busca pelo crescimento regional e entendimento do mesmo, Albino (2017) aponta que, desde a origem da UEPB, estiveram presentes três aspectos fundamentais que tiveram que ser enfrentados, são eles: mobilização político-pedagógica; resistência e enfrentamentos, cenários e conjunturas desfavoráveis e, fatores típicos de uma localidade periférica e com menos amparo de políticas públicas.

Todavia, mesmo frente a tantos entraves, foi possível enxergar a aptidão da cidade de Campina Grande-PB, como polo regional de formação de ensino superior e de desenvolvimento, essa última característica nos remete ao fato do direcionamento para a potencialidade local, necessário para o planejamento do desenvolvimento. E que a implantação, por si só, de uma instituição universitária já é uma forma de desenvolvimento da região, por propiciar a qualificação para o mercado econômico, demanda cada vez mais exigida no cenário atual.

A criação do Programa de Pós-graduação se deu em meio a uma crise econômica na qual o Brasil foi inevitavelmente atingido. Embora, mesmo com esse

agravo, as ações do então presidente, Luís Inácio Lula da Silva encontravam-se voltadas para a valorização da educação e capacitação profissional.

Essas ações propiciaram um grande boom de criação de novas instituições de ensino superior, sobretudo as privadas, e a expansão das universidades públicas e Institutos Federais.

Nesse panorama, foi possível investir em programas que tivessem um olhar especial sobre o regional: a compreensão e registro de experiências dos fenômenos sociais contemporâneos com maior compromisso intelectual de todos os profissionais, particularmente dos que atuam no campo das Ciências Sociais Aplicadas, e ainda, uma postura crítica diante dos vários problemas sociais, pelos quais passam as camadas mais pobres da sociedade.

A partir desse contexto, de acordo com o Relatório Sucupira/Capes (2018), o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) nasceu do diálogo que envolveu pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas, Humanidades e Ciências da Natureza, pautado pela demanda de se apresentar uma contribuição teórica e prática, que corroborasse com o desenvolvimento regional, com interface das atividades de ensino, pesquisa e intervenção social.

Dessa forma, a implantação da pós-graduação em Desenvolvimento Regional, vislumbrou alavancar esse processo promotor do desenvolvimento local. Sendo proposto e aprovado pela CAPES em dezembro de 2008, após visita da CAPES e dos seminários que aconteceram nos anos subsequentes (2009 e 2010), assumiu o formato atual: funcionando em associação com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e tendo como pressuposto alicerçar a necessidade de se apresentar uma contribuição efetiva, teórica e prática, para o desenvolvimento regional, por meio de atividades de ensino e pesquisa, além da intervenção social, fruto dos seus objetivos:

- a) atuar como polo formador de profissionais altamente qualificados para a docência, desenvolvimento de pesquisas e extensão inovadora em instituições públicas e/ou privadas no Brasil e no exterior;
- b) proporcionar formação qualificada também de profissionais para atuarem na gestão pública, assessoria, consultoria, avaliação, desenvolvimento e planejamento estratégico;
- c) formar profissionais qualificados para atuação interdisciplinar junto à sociedade civil mobilizando conhecimento

técno-científico em diálogo com outros saberes para construir uma sociedade menos desigual (Relatório Sucupira/Capes, 2020, p.13).

O formato do curso se deu com a associação da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB (como proponente) e a Universidade Federal de Campina Grande-UFCG (parceira associada). A efetivação da parceria aconteceu mediante convênio de cooperação técnico-científica, com aval dos então reitores Marlene Alves Sousa Luna (UEPB) e Thompson Mariz (UFCG). Sendo a UEPB a sede do Programa e instituição Coordenadora, por conseguinte, responsável administrativa, financeira e juridicamente pelas atividades desenvolvidas (Relatório do PPGDR enviado à CAPES, 2020).

Essa associação, apesar de ter caráter temporário, pode ser destituída por decisão colegiada, porém se mantém até os dias atuais considerando a significativa contribuição de competências técnicas científica, articuladas em torno da temática estratégica o desenvolvimento regional/local. Esse processo tem otimizado recursos humanos e técnicos, permitindo a ampliação do potencial criativo e produtivo do programa.

O Programa teve a princípio, mediante aprovação de projeto proposto no APCN, duas áreas de concentração, a saber: Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento e Turismo, Cultura e Desenvolvimento, sendo distribuídas entre estas, quatro linhas de pesquisa. Porém, a partir da primeira avaliação, em 2019, passou a concentrar suas atividades em uma única área: Desenvolvimento Regional e três linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Conflitos Sociais; Estado e Políticas Públicas; Turismo e Cultura.

Conforme a CAPES, as áreas de concentração e linhas de pesquisa correspondem à vocação na qual cada programa se encaixa. Ao passo que a área de Concentração indica a vocação inicial e/ou histórica do programa, a área do conhecimento e os contornos gerais da especialidade na construção do conhecimento e na formação esperada. As Linhas de Pesquisa correspondem à especificidade na construção do conhecimento dentro de uma área de concentração sendo amparadas, fundamentalmente, por docentes/pesquisadores do corpo permanente do programa (BRASIL, 2019).

Com a própria produção do programa foi possível apreender a necessidade de redirecionamento da abordagem, a partir das demandas encontradas, a saber:

a importância de ampliar as pesquisas, a geração do conhecimento sistemático e a inovação. Sendo incorporadas, no ano de 2019, na Plataforma Sucupira as seguintes linhas de pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional; Sociedade, Cultura, Turismo e Desenvolvimento Regional; Ciência, Tecnologia e Inovação.

Atualmente, os PPGDR são reconhecidos pela produção de conhecimento e na formação/qualificação de mestres na área de Desenvolvimento Regional e Demografia, sendo considerado um polo formador de profissionais aptos a trabalharem em diversas frentes de atuação que favoreçam ao desenvolvimento das regiões brasileiras.

Tendo em vista esses objetivos, o PPGDR da Universidade Estadual da Paraíba tem focado seus estudos no âmbito socioeconômico e ambiental, considerando a relevância desses como fatores para formação de pesquisadores e profissionais, por meio do fomento ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Além dessas vertentes, estimula estudos que alcancem as particularidades da Região no qual está inserido, abrangendo outras variáveis, tais como: cultura, turismo e inovação tecnológica, questões que têm pouca inserção nos programas de pós-graduação da Região Nordeste (Relatório Sucupira/Capes, 2020).

Segundo o relatório supracitado, o programa tem como principais objetivos: estudar os fenômenos relacionados ao processo de Desenvolvimento Regional/local; estimular reflexões epistemológicas e teórico-metodológicas, fomentando a produção acadêmico-científica na área; promover a integração da universidade com a sociedade, instituições públicas, empresas, favorecendo a geração de conhecimento sistemático, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento regional; identificar as potencialidades locais e regionais em intercâmbio com outras universidades e instituições de pesquisa nacional e internacional, visando à eficácia na geração e disseminação do conhecimento científico.

O processo de evolução histórica e consolidação do PPGDR tem se firmado por meio de vários indicadores sociais, sendo um dos principais a inserção regional da instituição promotora, com o propósito de formar cidadãos críticos e socialmente responsáveis, através da produção e transmissão do conhecimento, contribuindo

para o desenvolvimento educacional e sociocultural da Região Nordeste e, principalmente, da Paraíba.

A forma de ingresso no curso, objeto de nosso estudo, se dá por meio de processo seletivo anual, contando com uma grande demanda de procura, tendo em média 250 inscritos a cada edital lançado. Esse número corresponde a uma concorrência média de 12 candidatos por vaga, visto que são disponibilizadas 20 vagas ao ano. Atualmente o programa tem disponíveis 17 bolsas de estudo, sendo 14 pela CAPES, 02 pelo CNPq e 01 da Fapesq.

Desde sua criação em 2008, foram defendidas 147 dissertações nos mais diversos temas, que versam sobre temáticas que permeiam o desenvolvimento, todas desenvolvidas de forma multidisciplinar.

A multidisciplinaridade tem como objetivo promover a interação entre as disciplinas convergindo em um mesmo resultado. De acordo com Piaget (1973), a multidisciplinaridade se faz presente quando “a solução de um problema torna necessário obter informação de duas ou mais ciências ou setores do conhecimento sem que as disciplinas envolvidas no processo sejam elas mesmas modificadas ou enriquecidas”.

Esse fator se faz importante também, tendo em vista atender a um público de diferentes áreas de formação, demanda local/regional oriunda de vários municípios, polarizados pela região metropolitana de Campina Grande – PB.

Neste sentido, a origem do alunado está distribuída, em sua maioria, entre alunos advindos da UEPB; alguns de atividade de iniciação científica durante a graduação; profissionais que acabaram de concluir curso de graduação (com objetivo de atuarem na carreira acadêmica e pesquisa); um percentual de técnicos e gestores no exercício de funções ligadas às atividades de pesquisa em órgãos públicos e privados; professores de universidades particulares, professores da rede pública de educação básica e profissionais liberais, além de políticos (vereadores e secretários).

De acordo com Furtado (2013), Myrdal, com sua experiência identificou que havia um papel “desequilibrador” no processo de acumulação e que existiam implicações epistemológicas desse enfoque que requeriam uma abordagem interdisciplinar que superassem as limitações decorrentes da rígida separação entre aspectos estatísticos e dinâmicos da realidade social. A crítica das bases do

pensamento econômico realizado por Gunnar Myrdal foi de considerável importância para o avanço dessas ideias sobre o desenvolvimento.

Nesse contexto é de grande valia que os mecanismos sociais sejam compreendidos na busca por antinomias sociais inerentes ao capitalismo e que são indissociáveis de seu dinamismo, não podendo ser apreendidas mediante o estudo de agentes isolados.

2.3 Entrelaçamentos do PPGDR e o Desenvolvimento Regional: um processo de inserção social

Frente à desigualdade mundial, cada vez mais latente, respaldada pelo mundo capitalista que nos rege, é ínfima a esperança da maioria da população, que vive à margem da sociedade, na busca por um futuro promissor. Em princípio, para que entendamos a educação como arma de combate à desigualdade, temos que identificar quais os mecanismos que ela utiliza para afetar a renda do indivíduo.

Nessa busca, apontamos o trabalho como elemento importante para construção da identidade das pessoas, uma vez que este interfere significativamente na forma de sobrevivência e no padrão social no qual o indivíduo é inserido (PETEROSI, 2014).

De acordo com Oliveira e Silveira (2014), foi por meio da contribuição do trabalho de Mincer, em 1970, que se tornou possível explicar as diferenças de salários dos indivíduos. Sua ideia consiste, de forma resumida, na equação que busca apreender como são determinados os salários dos indivíduos, a saber:

$$\ln w = \beta_0 + \beta_1 educ + \beta_2 Exper + \beta_3 Exper^2 + X_i \beta_i$$

Sendo β_0 o salário de um indivíduo desqualificado, β_1 o retorno a educação, β_2 e β_3 os retornos associados a experiência e β_i o retorno associado às demais i características dos indivíduos.

Segundo os autores citados, grande parte da literatura em economia da educação e economia do trabalho tem tentado encontrar um valor causal para β_1 . Sendo considerado como maior entrave o viés de variável omitida, sobretudo pela dificuldade de controlar o efeito da habilidade dos indivíduos.

A importância desta linha de pesquisa para a compreensão das desigualdades regionais reside na seguinte explicação: indivíduos com maiores níveis educacionais tendem a ter filhos mais educados, de modo que seus filhos também possuirão salários mais elevados. Portanto, se estes indivíduos estiverem espacialmente concentrados, então a geração da riqueza deverá ocorrer de modo desigual entre diferentes regiões. Outro argumento é que, dada a possibilidade de migração, só pode haver diferença na renda per capita entre as pessoas de diferentes regiões caso as características dos trabalhadores sejam diferentes. Neste sentido, pode haver um problema regional apenas devido a um motivo social, isto é, uma região pode ser mais pobre em virtude das características embutidas nos moradores desta (PESSOA, 2001 *apud* OLIVEIRA E SILVEIRA, p.5, 2014).

Desse modo, quando analisada a perspectiva em que se debruça o estudo em tela que objetiva analisar as trajetórias, repercussões e inserção profissional dos egressos do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB, percebe-se que se centram nas potencialidades e vocações dos indivíduos, com o intuito de promover o próprio desenvolvimento, entendendo-se que a articulação dos atores é um fator preponderante para o desenvolvimento da região.

Pessoa (2000) corrobora com essa perspectiva ao afirmar que as diferenças de renda *per capita* entre as regiões, indicador relevante para análise do desenvolvimento, existem por consequência das características dos indivíduos que moram na região e não por características da região. Sendo o problema social e não regional, apontando que a política tem que ser focada no indivíduo e não na região. “Estas características podem ter sido geradas na região. Não obstante, encontram-se ‘embutidas’ nas pessoas: por exemplo, se a qualidade do ensino público for pior nas regiões pobres isto terá impacto” (Idem,2000, p.4.).

Neste sentido, Ferreira (2019) considera que as Instituições de Ensino Superior são os pilares de sustento para o desenvolvimento econômico regional, por estas serem as principais responsáveis pela formação de capital humano qualificado, pela criação de conhecimento e por colocar a dispor da sociedade, ativos determinantes e valiosos para a competitividade e sustentabilidade do território.

Nesse panorama, o Brasil ingressou o século XXI como potência econômica emergente e tal conjuntura voltada para o desenvolvimento nacional,

levou às autoridades a percepção da necessidade da promoção da pesquisa científica e do desenvolvimento científico, para que o país pudesse concorrer de igual para igual no mercado mundial. Este cenário serviu para o surgimento de órgãos como CAPES e CNPq e para o financiamento e promoção de cursos de pós-graduação de excelência (SILVA; FARIAS; SANTOS, 2017).

Apesar desse entendimento, podemos observar na Tabela 3 que a distribuição dos cursos de pós-graduação nas regiões brasileiras não acontece de forma regular ou proporcional a sua população.

Tabela 3 – Distribuição de pós-graduações por diferentes regiões brasileiras. Brasil/2020.

Regiões	Mestrado N(%)	Doutorado N(%)
Norte	283 (6,2%)	103 (4,2%)
Nordeste	945 (20,7%)	415 (16,6%)
Centro-Oeste	390 (8,6%)	186 (7,4%)
Sudeste	1.955 (42,8%)	1.239 (49,5%)
Sul	990 (21,7%)	559 (22,3%)
TOTAL	4.563 (100%)	2.502 (100%)

Fonte: Plataforma Sucupira/Capes, 2020.

A Associação Nacional de Pós-graduação aponta que essas discrepâncias ficam ainda mais evidentes quando observados os dados da distribuição dos programas de pós-graduação entre as regiões do país, visto que ainda refletem os históricos de investimentos nas universidades e na pós-graduação no eixo centro-sul, desde o surgimento da primeira universidade brasileira até o primeiro programa de pós, cerca de 50 anos depois. E, embora a descentralização de investimentos tenha ocasionado, paulatinamente, uma diminuição das desigualdades regionais na pós-graduação, ainda há muito para caminhar.

Ao observarmos que o Plano Nacional da Pós-graduação foi elaborado com objetivo de integrar o ensino com os setores econômicos e sociais das regiões, pois esta seria uma forma de alinhar a formação de recursos humanos para empresas e programas nacionais e a agenda de prioridades de pesquisa com os temas de maior relevância no cenário nacional (NOBRE; FREITAS, 2017). É possível constatar que algumas regiões não parecem alcançar esse objetivo.

Para tanto, é imprescindível salientar que as questões epistemológicas não devem ser tratadas com base na experiência, mas sim através de um processo empírico. O processo de buscar o desenvolvimento, por meio de pesquisas é empreendido como o objetivo de encontrar uma relação com o mundo existente/local. As descobertas primordiais devem essencialmente envolver um conjunto de procedimentos científicos, um método, o qual deve necessariamente estar associado a uma teoria, estas que foram desenvolvidas e são amplamente estudadas nos programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

Silva et al (2019) apontam em seu estudo que, no que diz respeito à pós-graduação *stricto sensu*, o foco do mestrado é colocar em prática os instrumentos metodológicos, enquanto que o doutorado tem o intuito de ultrapassar a transmissão do saber e consolidar a produção científica.

Nessa perspectiva, Teixeira (2017) afirma que o desenvolvimento e a transformação do território e da sociedade ocorre por meio da ciência e do usufruto dos benefícios proporcionados pela geração de conhecimento técnico e científico. Neste sentido, destaca-se a importância da pós-graduação como reduto da produção científica do país.

Os programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, buscam, assim como todo programa de pós-graduação, formar profissionais, docentes e pesquisadores competentes para o ensino superior, estimulando o desenvolvimento da pesquisa científica e a produção de novos conhecimentos, além de assegurar a capacitação eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais (BRASIL, 1965).

A partir desse entendimento, Vygotsky (2018) pondera que o ambiente formador de conhecimento é capaz de produzir transformações e ressignificações na vida do sujeito, em nível acadêmico, pessoal e profissional, uma vez que irá influenciar diretamente em sua maneira de pensar e agir perante uma realidade social.

Sendo, dessa forma, o trabalho considerado elemento importante para construção da identidade das pessoas, uma vez que interfere significativamente em sua forma de sobrevivência e no padrão social no qual o indivíduo é inserido (PETEROSI, 2014).

De forma conjectural, o termo “trabalho qualificado” passou a ser relacionado

a uma educação especializada, que fornecesse um conhecimento avançado, capaz de suprir as demandas solicitadas, a medida que o trabalhador se apresente apto para acompanhar as mudanças e as novas habilidades que forem solicitadas (SCHWAB, 2016).

Campos (1994) conceitua acerca da importância de um programa que promova uma formação pensando no bom desempenho profissional de seus egressos, de modo que, se a formação for pensada em nível individualista, distanciando-se do contexto laboral, esta, pouco contribuirá para o desenvolvimento dos indivíduos em nível pessoal/profissional.

Partindo da concepção supracitada, considera-se que as regiões com maior probabilidade de desenvolvimento são aquelas cujos atores sociais contribuem para um projeto político efetivo, que corroborem como soluções alternativas para a redução das iniquidades sociais geradas pelo modelo econômico vigente e alcance o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local (SANTOS, 2015).

A esse respeito, um relatório técnico elaborado pela Capes (2017) apresentou o nível de empregabilidade em níveis acadêmicos diversos, demonstrando que entre os sujeitos que receberam o título entre 1996-2014, e aqueles que estavam em algum emprego até o final de 2014, a categoria de humanidades, artes e educação foi a que apresentou melhor nível de empregabilidade. Essa ocupação se apresentou mais heterogênea entre os egressos do mestrado.

Para os egressos do doutorado, aqueles advindos das áreas de humanidades, artes e educação, engenharia, ciências sociais e direito apresentam predominância entre os empregados no setor da docência. Em contrapartida, os egressos da área de Ciências Biológicas são os que mais aderem aos programas de mestrado e doutorado. Além disso, os dados apresentam uma relação inversamente proporcional entre titulação/emprego e matrícula de alunos no doutorado, demonstrando a possível preferência destes à dedicação integral do curso.

De acordo com a Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1967), o investimento feito em educação, ao aumentar a qualidade da força de trabalho, propicia ganhos de produtividade e criação de postos de trabalho de melhor qualidade, conduzindo ao crescimento econômico. Dessa forma, o capital

educacional, acumulado pelo trabalhador, garantiria não só sua maior produtividade, como explicaria as diferenças individuais de oportunidades de inserção no mercado e de remuneração auferida.

Pessoa (2000) aponta que para a economia brasileira o diferencial regional de renda entre trabalhadores com as mesmas características é muito baixo em detrimento ao diferencial regional de produto per capita. O autor sinaliza que todo o esforço de planejamento do desenvolvimento regional tem que ser direcionado ao indivíduo (bens meritórios, como saúde e educação) e em infraestrutura (bens públicos).

Por sua vez, Ferreira (2000) confirma que, dentre outros determinantes, como a segmentação regional, as evidências empíricas sugerem que a educação continua sendo a variável de maior poder determinante para a desigualdade brasileira.

Países considerados ricos apresentam relevante intervenção do Estado nas vertentes sociais como educação, saúde e reforma agrária. Fator que proporcionou maior igualdade de oportunidades, tornando possível a participação popular de forma ativa na expansão da economia (SILVA, 2019).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (2019), uma avaliação de igualdade não deve se ater tão somente ao rendimento e a riqueza, mas compreender as diferenças noutros aspetos do desenvolvimento humano e os processos que lhes subjazem, tais como a saúde, a educação, a dignidade e o respeito pelos direitos humanos. Aspectos que não se restrinjam a parâmetros econômicos, mas por uma abordagem ampla que aborde também uma perspectiva voltada ao desenvolvimento pessoal de cada sujeito contido em uma sociedade. “Diz respeito às capacidades que lhes permitem exercer a sua liberdade de serem e fazerem aquilo a que aspiram na sua vida”.

Sendo assim, Amartya Sen (1999) vincula o desenvolvimento à liberdade ao considerar que a expansão da liberdade humana se trata do principal fim e meio do desenvolvimento, consistindo na eliminação de tudo que limita as escolhas e as oportunidades, sendo apontada por ele como uma característica fundamental desse processo o fato do indivíduo ser capaz de participar na vida em comunidade, sendo capaz de ser sujeito de suas próprias escolhas.

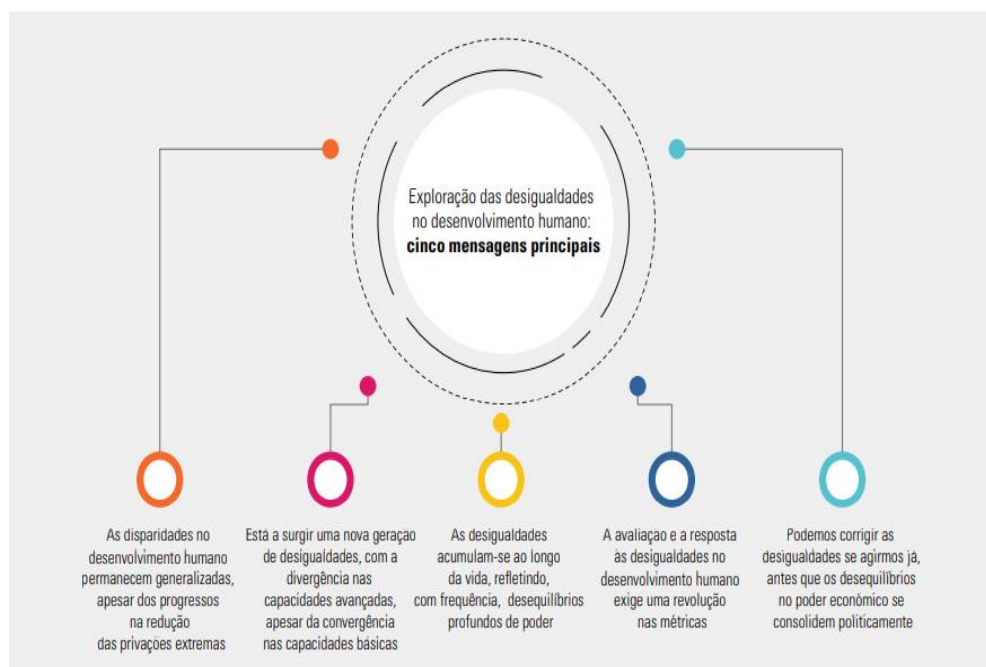
De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (2019), no início do

século XXI, registramos um progresso relevante na redução das privações extremas, embora as discrepâncias tenham permanecido acentuadas num conjunto de capacidades inerentes às liberdades necessárias para que as pessoas alcancem seu desenvolvimento pessoal.

Essa perspectiva de desvincular o desenvolvimento meramente ao setor econômico continua sendo um desafio, embora resgate preocupações já mencionados por teóricos como Adam Smith, que já defendia que a “riqueza das nações” tinha como fator preponderante as potencialidades humanas.

A Figura 1 representa cinco mensagens que refletem no desenvolvimento humano, endossando o fato de que este não se restringe apenas a fatores econômicos.

Figura 1 – Fatores que interferem no desenvolvimento humano



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (2019).

Silva (2019) corrobora com essa descentralização de fatores que desembocam no desenvolvimento, ao afirmar que a iliterância pode se apresentar como empecilho na participação ativa da economia e política.

Todavia, dada a importância da educação no desenvolvimento, embora o ensino venha atravessado uma expansão na maioria dos países, em todos os níveis de desenvolvimento, a desigualdade, persiste, quer ao nível das gerações

mais jovens quer no nível de instrução dos adultos (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2019). O relatório expõe ainda a gravidade do fato de que, quanto mais baixo for o desenvolvimento humano de um país, maiores as disparidades no acesso à educação.

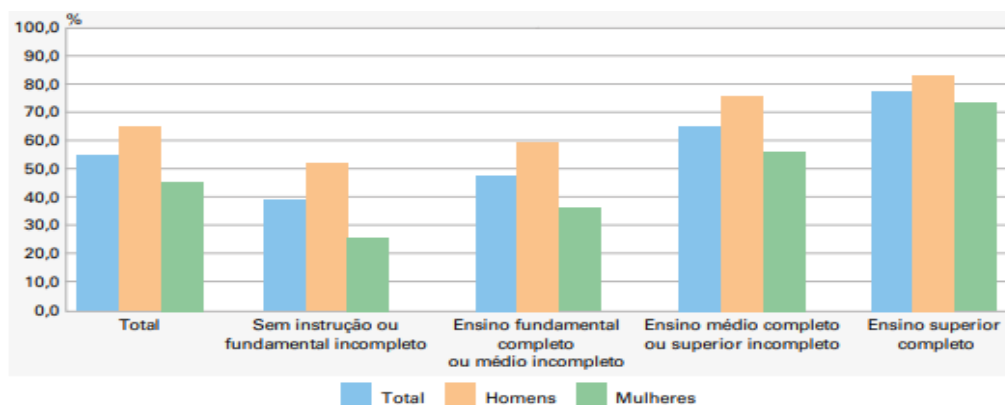
Nessa vertente, Balassiano (2005) aponta a educação como fator indispensável para o desenvolvimento pessoal, por meio do grau de empregabilidade do indivíduo.

“A empregabilidade vem sendo diretamente associada à questão da qualificação profissional, sendo esta representada por um conjunto de atributos que incluem aspectos relativos à educação formal, à capacidade de aprender permanentemente, de empreender, além de um conjunto de atitudes como iniciativa, autonomia e versatilidade. Esses atributos garantiriam aos trabalhadores a decantada empregabilidade, isto é, a capacidade de permanecer no mercado de trabalho” (BALASSIANO 2005, p.35).

Seguindo esse conceito, entendemos que o termo empregabilidade transfere de forma implícita a função social do pleno direito ao emprego totalmente para o indivíduo, passando este a ser único responsável pela sua manutenção no meio produtivo.

Nessa vertente, o IBGE (2020) apresenta que o nível de empregabilidade ou ocupação tem reflexo direto com o nível de instrução. Conforme apresentado no gráfico abaixo, podemos observar que quanto maior o nível de instrução, maior o nível de ocupação. É importante destacar também a desigualdade entre os sexos, visto que, embora o nível de escolaridade entre estas seja maior, esse percentual não é diretamente proporcional ao nível de empregabilidade masculina.

Figura 2 – Nível de ocupação, por sexo, segundo o nível de instrução

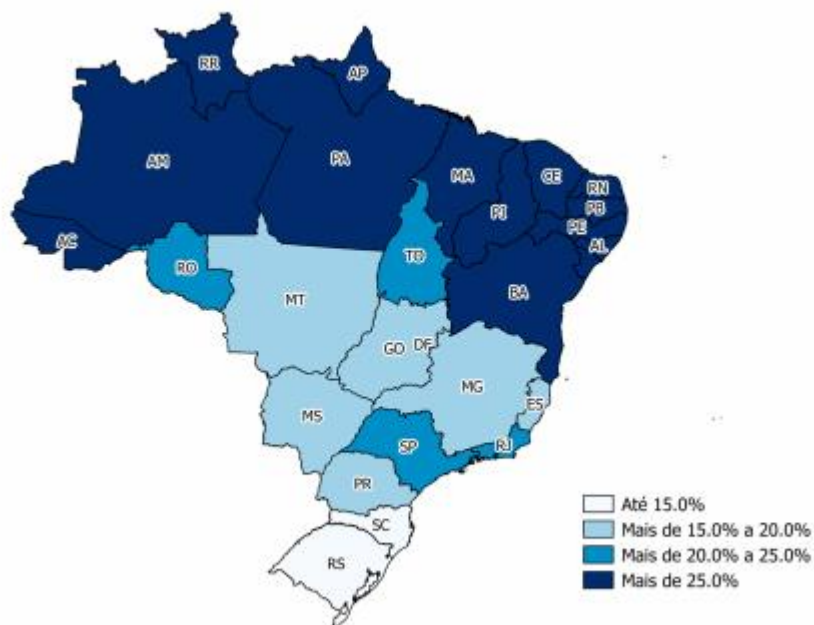


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Esses dados refletem diretamente na desigualdade regional do país, visto que uma grande porcentagem de pessoas com menos anos de instrução, implica em uma menor população economicamente ativa. Conforme podemos observar na figura abaixo:

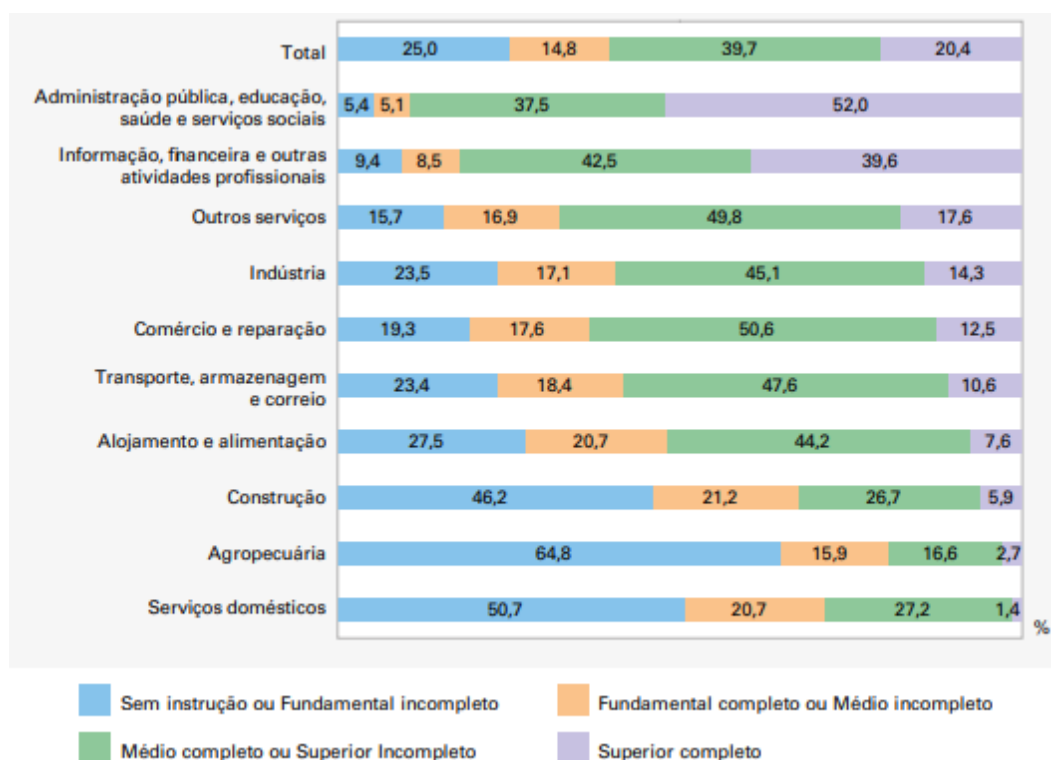
Figura 3 – Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não estavam ocupados, segundo as Unidades da Federação - 2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019.

Ainda conforme o IBGE, é possível observar que a população que possui maior nível escolar tem maior nível de ocupação nas atividades de administração pública, educação, saúde e serviços sociais. Essa constatação permite que façamos um link com o papel da Universidade de disseminadora do conhecimento e de pesquisas voltadas para tal, a sociedade, por sua vez tende a apropriar-se desses resultados para propiciar o desenvolvimento de um país. (FERREIRA, 2011). Aspecto que ressalta a importância do aperfeiçoamento específico para esse tipo de atividade, como o curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, objeto da pesquisa em pauta.

Figura 4 – Distribuição percentual do pessoal ocupado, por nível de instrução, segundo as atividades econômicas – Brasil/2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2009.

O programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, foco do nosso estudo, tem como prerrogativas, qualificar profissionais, das diversas áreas do conhecimento, para serem absorvidos pelo mercado de trabalho, na perspectiva de contribuir com estratégias de desenvolvimento econômico e, porque não

dizer, na produção de Políticas Públicas que quebrem o paradigma da dicotomia: intelectual e político.

Neste sentido, Neves (2014) apresenta que, para que a construção e análise de políticas públicas seja possível, se faz necessário um investimento intelectual, partindo do pressuposto de que é necessário de conhecer para agir. Dessa forma, é possível atribuir ao processo de capacitação o papel de auxiliar aos que decidem e promovem políticas públicas.

Pereira (2008) também tem o entendimento de que a formação é um processo continuado e não uma terminalidade que se encerra ao fim da graduação e a compreensão de que não basta uma formação técnico-profissional de qualidade, mas uma educação geral que estabeleça o profissional como cidadão do mundo, sujeito do seu auto sustento e do desenvolvimento de sua região.

Diferente do que se buscava anteriormente, que conhecimento puramente técnico e específico passou a ser algo que restringe e limita o campo profissional do estudante que tem buscado uma formação mais ampla e multidisciplinar, voltada para uma nova demanda de mercado de trabalho.

3.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da Pesquisa

A metodologia da pesquisa, em função dos os objetivos traçados, foi do tipo exploratória e descritiva, com abordagem analítica Quanti-qualitativa.

De acordo com Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema a ser estudado, de maneira a torná-lo mais explícito, levando ao aprimoramento das descobertas. Por sua vez, a pesquisa descritiva é utilizada, quando se deseja descrever e demonstrar as características de um fenômeno e sua relação com outros fatos.

Logo, este método foi utilizado para promover ao pesquisador uma maior profundidade de análise e compreensão acerca dos egressos do curso de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, relacionando-as com os dados e informações coletadas ao longo do estudo, visando, fundamentalmente, estabelecer uma ligação com o problema de pesquisa e suas possíveis respostas.

Tendo em vista o fato da pesquisa descritiva, de acordo com Gil (2007), ter como objetivo primordial a descrição das características de uma população ou fenômeno, ou então o estabelecimento de relação entre variáveis, enfocando os processos coletivos, por meio de estudo bibliográfico. Também será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental em relatórios da coordenação do curso, página institucional e arquivo setorial.

No decorrer da pesquisa, verificamos que ao adotarmos também a perspectiva da história oral, isso nos permitiria abordar minúcias dos fatos que não seriam possíveis de serem alcançados mediante os demais meios utilizados. Nessa perspectiva, Le Goff (1990) é por meio do recurso à História Oral que alcançamos a possibilidade de ampliar a base empírica do trabalho científico.

Para Worcman (2013), talvez a maior característica desse tipo de fonte seja a singularidade de narrativa, ou seja, cada narrativa constitui uma articulação, singular, feita por alguém. Dessa forma, uma narrativa que traduz – sempre – a perspectiva pessoal que o indivíduo tem sobre a própria experiência ou sobre um tema específico.

O *Corpus* da pesquisa do estudo foi composto por todos os 147 egressos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que se titularam no período compreendido entre de 2011 e 2020, relacionado ao tempo de existência do programa, desde sua criação até os dias atuais.

Para tanto, foram estabelecidos os seguintes critérios:

- **Inclusão-** Participaram do estudo todos os mestres que finalizaram o curso de pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB até o ano de 2020.
- **Exclusão-** Participantes que se recusaram a preencher o questionário online do *Google Forms* ou não se dispuseram a participar da pesquisa e aqueles que, por algum motivo, não forem encontrados.

Os dados do estudo foram coletados através de quatro fontes diferentes: (1) o Sistema de dados de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (UEPB); (2) Currículo do egresso cadastrado na Plataforma Lattes; (3) questionário estruturado

adaptado do Instrumento para Avaliação de Egressos da Fundação Oswaldo Cruz (2011), que foi encaminhado e preenchido por meio do recurso *online Google Forms*, enviado para o e-mail e telefone do egresso cadastrado no Sistema da Pós-graduação e por meio de entrevista semiestruturada (4).

O Quadro 1 abaixo, descreve as variáveis que serão analisadas no percurso do trabalho.

A escolha das variáveis elencadas se deu mediante consulta prévia à literatura existente, que apresentou relação importante com o desfecho de interesse (CRUZ, 2011).

Quadro 1- Variáveis que serão avaliadas no presente estudo

Sexo
Idade
Bolsa durante o mestrado
Ano de conclusão
Linha de pesquisa
Cidade de residência
Distância da cidade de residência à cidade do programa
Salário anterior
Salário atual
Profissão anterior
Profissão atual
Progressão de carreira
Formação continuada
Produção acadêmica

Fonte: Cavalcanti, 2021.

A coleta de dados foi realizada inicialmente através do Sistema de dados do Programa de Pós-graduação da UEPB.

Posteriormente, foi enviado um e-mail para todos os mestres formados pelo programa, que atendam aos critérios de elegibilidade, com o questionário a ser preenchido online via *Google Forms* e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com três repetições de envio. Após essa etapa, foi feito contato com os egressos, via redes sociais, e utilizada a estratégia de bola de neve, em que se pede para que um aluno indique um contato válido de outro aluno, para compor a amostra de respondentes. Por conseguinte, obtivemos 42 respondentes, correspondendo a 29% do total de alunos egressos que atendiam os requisitos estabelecidos. Destes, 19 foram do sexo feminino e 23 do sexo masculino.

Informações adicionais acerca da quantidade de produção acadêmica e formação continuada foram coletadas, através do Currículo presente na Plataforma *Lattes*.

O referido questionário foi estruturado com perguntas qualitativas de múltiplas respostas, totalizando 13 questões, divididas em blocos, direcionadas aos egressos do curso de Desenvolvimento Regional da UEPB, contidos nos critérios estabelecidos para inclusão no público alvo da pesquisa, para tratar de variáveis e aspectos inerentes a sua trajetória, repercussão e inserção no mercado de trabalho após o término da pós-graduação. Sendo assim, as questões voltaram-se para:

- **BLOCO I** – opção pelo programa;
- **BLOCO II** – recursos educacionais para formação/capacitação;
- **BLOCO III** – processo de trabalho;

De modo a cumprir de forma mais abrangente os objetivos desta pesquisa, em particular aqueles inerentes a história oral e tendo em vista os impedimentos motivados pela pandemia de COVID-19, foram realizadas entrevistas online e presenciais com os sujeitos que fizeram parte ou tinham conhecimento do processo de implantação do curso de pós-graduação em Desenvolvimento Regional (01 gestor da instituição) e alguns egressos do curso (06 egressos), escolhidos de forma aleatória e conforme aceitação.

Para tanto, optamos pela aplicação de um instrumento semiestruturado, esse que, conforme Gil (2008), é o tipo guiada por uma relação de pontos de

interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso, de maneira que, mesmo que as respostas possíveis não sejam fixadas anteriormente, o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em anotações próprias.

Ratificamos que, por se tratar de pesquisa com seres humanos, foram considerados os aspectos éticos estabelecidos pela Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que busca assegurar os direitos e deveres relacionados à comunidade científica, aos sujeitos envolvidos na pesquisa e ao Estado (BRASIL, 2012).

Também apresentado aos sujeitos participantes da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que será anexado junto ao questionário eletrônico, sendo o mesmo redigido com linguagem simples e acessível, abarcando as principais informações sobre a pesquisa, inclusive a possibilidade do indivíduo no que tange à aceitação ou recusa em relação à participação, bem como, a possível desistência em qualquer momento que achar necessário.

As análises estatísticas foram realizadas por meio de tabelas e gráficos via software R/Rstudio versão 4.1.1 (CORE TEAM, 2021) com uso dos pacotes readxl (WICKHAM, 2019), dplyr (WICKHAM, 2014), tidyverse (WICKHAM, 2017). Os gráficos foram feitos no pacote ggplot2 (WICKHAM, 2011) do R e na planilha eletrônica *Microsoft Excel*® (versão 2010).

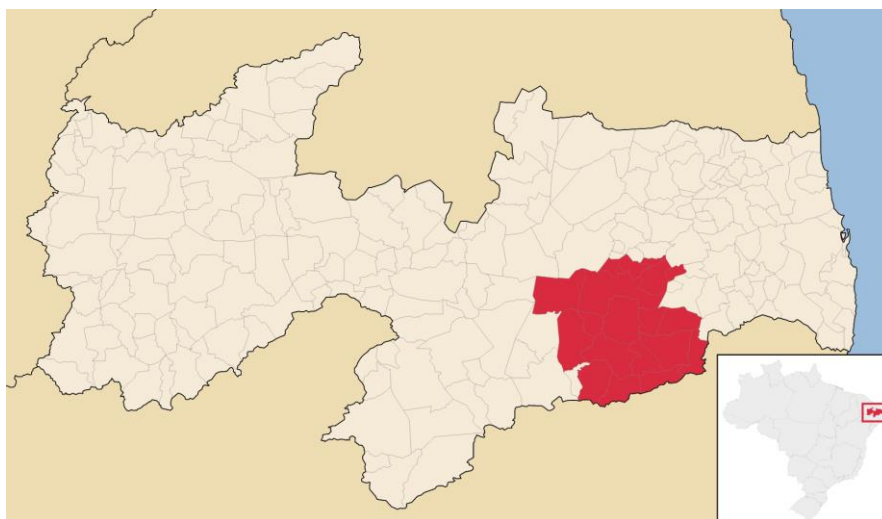
Por fim, o método para calcular a consistência interna escolhido foi o da confiabilidade composta. Esse método evita muitas das suposições inadequadas que medidas como o alfa de Cronbach fazem. A confiabilidade composta é baseada nas cargas fatoriais em uma análise fatorial confirmatória (CFA) (JONHSON, 2014). No caso de uma escala unidimensional, definimos um CFA de um fator e, em seguida, usamos as cargas fatoriais para calcular nossa estimativa de consistência interna. Podemos interpretar uma pontuação de confiabilidade composta de forma semelhante a qualquer uma das outras métricas, tais como Alpha de Cronbach (variando de 0 a 1, sendo que mais perto de 1 indica melhor consistência interna). A CFA foi calculada utilizando o pacote Lavaan (ROSSEEL, 2017) do software R.

3.2 Caracterização do Locus Social da Pesquisa

A seguir, serão apresentados os mapas de localização do lócus da pesquisa. Na Figura 5 podemos analisar a localização da cidade de Campina Grande no território paraibano. A Figura 6, por sua vez, apresenta o mapa de localização da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I, situada em Campina Grande – PB, local onde encontra-se o curso de Desenvolvimento Regional, objeto de análise de interesse.

Campina Grande, por sua vez, de acordo com o IBGE (2020) possui uma área territorial de 591,658km², 648,31 hab/km² de densidade demográfica e IDH de 0,720. A cidade enquadra-se como centro submetropolitano, sendo o segundo maior município em população do estado da Paraíba com aproximadamente 413.830 pessoas e caracterizando-se pela forte presença de centros educacionais, universidades públicas e privadas e destacando-se como polo tecnológico.

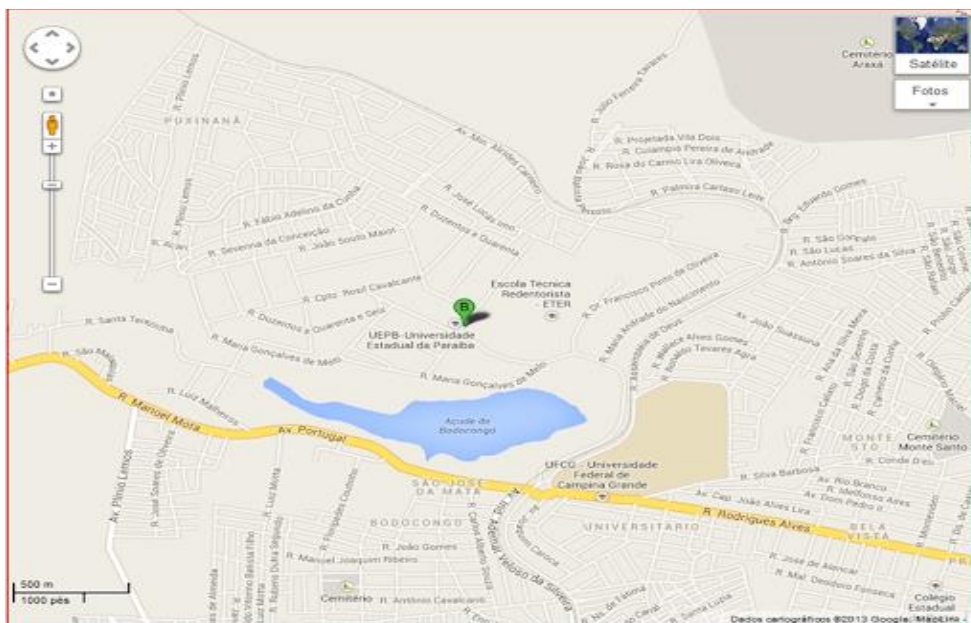
Figura 5. Região Metropolitana de Campina Grande



Fonte: Google Imagem, 2020.

A Universidade Estadual da Paraíba possui atualmente 8 câmpus distribuídos na Paraíba: Campus I- Campina Grande, Campus II – Lagoa Seca, Campus III – Guarabira, Campus IV – Catolé do Rocha, Campus V-João Pessoa, Campus VI – Monteiro, Campus VII – Patos e Campus VIII – Araruna, sendo o campus de campina grande o lócus do nosso estudo, portanto, sede do curso de pós-graduação em Desenvolvimento Regional. A instituição possui atualmente 22 programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 15 acadêmicos e 7 profissionais.

Figura 6. Localização Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.



Fonte: <http://centros.uepb.edu.br/ceduc/como-chegar/>, 2020.

4.RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Trajetória, repercussão e inserção profissional dos egressos do curso PPGDR- UEPB

4.1.1 Caracterização dos sujeitos

Para sistematização da trajetória, repercussão e inserção profissional dos mestres do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), traçaremos o perfil dos 147 egressos do curso compreendidos no período de 2011 e 2020.

Constatamos que a maioria dos egressos (66%) residiam na mesma cidade do curso de pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Campina Grande -PB (Tabela 5). No tocante ao estado de residência, 91,8% dos discentes eram do estado da Paraíba, seguido de três (5,4%) pessoas de Pernambuco, uma pessoa (0,7%) do Ceará, uma pessoa (0,7%) do Distrito Federal, uma pessoa (0,7%) do Maranhão, e uma pessoa (0,7%) do Rio Grande do Norte (Tabela 5).

Tabela 4- Distribuição geográfica do local de residência e distância em km à cidade do curso dos egressos da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB. Paraíba, 2011-2020.

Variável	N	%	Distância cidade de origem – Campina Grande (Km)	
<i>Cidade na qual reside</i>	Alagoa Grande - PB	1	,7	60
	Alagoa Nova - PB	2	1,3	29
	Areia - PB	6	4	51
	Bananeiras - PB	1	,7	73
	Barra de Santana - PB	1	,7	41
	Boqueirão – PB	2	1,3	47
	Brasília - DF	1	,7	1621
	Cabaceiras - PB	1	,7	70
	Cacimba De Dentro - PB	1	,7	83
	Campina Grande - PB	98	66	0
	Cubati - PB	1	,7	86
	Esperança - PB	1	,7	27
	Fagundes - PB	1	,7	26
	João Pessoa - PB	7	4,6	133
	Juazeiro Do Norte - PB	1	,7	476
	Lagoa Seca - PB	4	3,0	10
	Massaranduba - PB	1	,7	20
	Messias Targino - RN	1	,7	291
	Olinda - PE	1	,7	226
	Patos - PB	1	,7	178
	Pedra Lavrada - PB	1	,7	101
	Queimadas - PB	4	3,0	18
	Remígio - PB	1	,7	45
	Santa Cruz Capib. – PE	1	,7	107
	Santa Inês - MA	1	,7	1123
	São José Piranhas - PB	1	,7	379
	São José Princesa - PB	1	,7	302

	Serra Branca - PB	1	,7	105
	Solânea - PB	1	,7	70
	Sossego - PB	1	,7	115
	Triunfo - PE	1	,7	314
<i>Estado</i>	CE	1	0,7	
	DF	1	0,7	
	MA	1	0,7	
	PB	135	91,8	
	PE	3	5,4	
	RN	1	0,7	
	Total	147	100	

Fonte: Cavalcanti, 2021.

*A quilometragem foi obtida através do *Google Maps*, e foi considerado o valor aproximado por trajeto mais rápido.

Através dos respectivos dados, foi possível inferir que, a produção de pesquisas e capacitação de recursos humanos especializados na área de desenvolvimento poderá corroborar para planejamento e produção de desenvolvimento, dessa forma, o fato da maioria dos mestres serem desta localidade implica no fomento ao desenvolvimento local.

Ressaltamos que, embora na Tabela 5, não tenha sido apresentado, o programa contou, durante o período pesquisado, com a participação de 3 (três) alunos estrangeiros em seu corpo discente.

De acordo com o Relatório enviado a plataforma Sucupira (2017), o PPGDR tem buscado o intercâmbio internacional com objetivo melhorar o processo de internacionalização do Programa. O primeiro passo de institucionalizá-lo se deu mediante convênio com a Newcastle University (School of Geography, Politics and Sociology), que permitiu a participação do Prof Dr José Esteban Castro, como professor colaborador/visitante, além de oportunidade de realização de estágios de pós-doutoramento (para docentes do programa) e de estudo e pesquisa (para alunos), dentre outras ações com o mesmo objetivo.

Figura 7. Mapa de localização residencial dos alunos matriculados no programa da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – UEPB.



Fonte: Cavalcanti, 2021.

Ao pesquisarmos os cursos de graduação dos egressos da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional - UEPB, percebemos que a maioria realizou a graduação em Geografia (19%), seguido de Direito (15,6%), Comunicação Social (12,2%) e Administração (12,1%) (Tabela 6).

Tabela 5- Cursos de graduação dos egressos da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB. Paraíba, 2011-2020.

Variável	N	%
Administração	18	12,1
Agropecuária	1	,7
Arquitetura e Urbanismo	1	,7
Arte e Mídia	1	,7
Ciências Agrárias	1	,7
Ciências Biológicas	1	,7
Ciências Contábeis	3	2,1
Ciências Sociais	4	2,7
Computação	1	,7

Comunicação Social	18	12,2
Direito	23	15,6
Economia/ Ciências Econ	17	11,5
Educação	1	,7
Educação Física	1	,7
Engenharia Civil	1	,7
Farmácia	1	,7
Filosofia	1	,7
Geografia	28	19,0
História	10	6,8
Hotelaria	1	,7
Jornalismo	1	,7
Letras	1	,7
Medicina Veterinária	1	,7
Psicologia	1	,7
Serviço Social	6	4,0
Tecnologia em Gestão Públ	1	,7
Turismo	3	2,1
Total	147	100

Fonte: Cavalcanti, 2021.

O fato da maioria dos mestres serem advindos do curso de geografia, nos remete ao fator histórico e amplamente difundido por alguns estudiosos de que o desenvolvimento é condicionado à geografia de cada região, influenciando dessa forma o equivocado entendimento de que o curso é voltado a essa área de atuação.

Enfatizamos aqui a importância da multidisciplinaridade do PPGDR, seguindo uma tendência mundial de uma formação ampla e multifacetada. Ao abranger as diversas áreas do conhecimento, totalizando no período estudado, 27 cursos de graduação distintos, contribui-se para o entendimento de que o desenvolvimento não deve ser gessado a um único aspecto, por exemplo o econômico, que era tido no início dos estudos sobre o desenvolvimento das regiões como fator único para o progresso.

Todavia, embora seja um curso multidisciplinar, o Egresso III encontrou dificuldades para se ambientar no programa de pós-graduação, conforme relatado abaixo:

“[...] minha formação é em arte e mídia e aí era bem diferente das formações de graduação das pessoas que eram da minha turma, e eu via isso como forma de até resistência deles quanto a mim sobre qual seria meu objeto de pesquisa e como eu iria trabalhar isso no mestrado.”
(Egresso III)

Acreditamos que esse “pré-conceito” tenha sido superado no decorrer do curso, entretanto vimos relevância no relato, talvez com tom de alerta, para que os gestores e corpo docente, possivelmente, possam intervir precocemente sob acontecimentos semelhantes que por ventura venham a ocorrer, vista a precípua multidisciplinaridade característica do curso, que dá direito ao ingresso de estudantes de formações diversas e, acima disso, remete a miscelânea das causas e estudos sobre desenvolvimento regional.

Tabela 6 - Análise descritiva das variáveis socioeconômicas dos egressos da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB. Paraíba, 2011-2020.

Média de idade 38,62 (8,08)

Variável		N	%
Sexo	Masculino	61	41,5
	Feminino	86	58,6
Estado Civil	Com companheiro	52	35,5
	Sem companheiro	95	64,5
Faixa etária	24 a 30 anos	15	10,2
	31 a 40 anos	86	58,5
	41 a 50 anos	35	23,8
	51 a 60 anos	9	6,1
	Acima de 60 anos	2	1,3
Bolsa durante o Mestrado	Não obteve bolsa	69	46,9
	Bolsa período parcial do curso	19	12,9
	Bolsa durante todo o curso	59	40,2

<i>Ano de Conclusão do Mestrado</i>	2011-2015	79	53,7
	2016-2020	68	46,3
<i>Linha de Pesquisa</i>	1- Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais	63	42,8
	2- Turismo, Cultura e Desenvolvimento Regional	31	21,0
	3- Desenvolvimento e Conflitos Sociais	33	22,4
	4- Estado, Planejam, Políticas Públ. e Des. Regional	15	10,2
	5- Sociedade, Cultura, Turismo e Des. Regional	4	2,7
	6- Ciência, Tecnologia e Informação	1	0,9
<i>Total</i>		147	100

Fonte: Cavalcanti, 2021.

A maioria dos egressos é do sexo feminino (58,6%), seguindo o cenário nacional de que as mulheres são mais capacitadas que as pessoas do sexo oposto.

Ainda de acordo com a pesquisa, a maior parte dos egressos não obteve bolsa durante a realização do mestrado (46,9%). Com isso podemos elencar dois possíveis fatores responsáveis por menos da metade dos estudantes não contarem com esse incentivo para dedicação ao campo da pesquisa e por sua vez, capacitação profissional, são eles: por já possuir vínculo empregatício formal e não poder acumular os dois recursos, como pode ser revelado na figura 17, ou ainda pelo fato do quantitativo de bolsas destinadas ao programa ser insuficiente para contemplar todos os estudantes.

Com relação a essa última proposição, enfatizamos a crise atual pela qual o Brasil está passando, com um corte significativo no aporte financeiro destinado à pesquisa, além de uma mudança no padrão de distribuição das bolsas para pós-graduação, sendo os estados da região mais rica e desenvolvida do país, que somados detinham 38.015 bolsas de mestrado e doutorado, agora chegam a 41.122 bolsas, um acréscimo de 836 nos mestrados e 2.371 nos doutorados (ANPG, 2020).

Segundo o presidente da ANPG, esse perfil de distribuição das bolsas mostra uma preocupante tendência, prejudicando o desenvolvimento de regiões do país. “O estudo que a ANPG fez mostra um viés concentrador e, portanto, elitista da formação das novas gerações de pós-graduandos, o que tenderá a agravar as

assimetrias regiões na produção científica”, aponta (ANPG, 2020).

Através da análise descritiva observamos também a busca por continuidade da qualificação, quase que de forma ininterrupta ao término da graduação, visto que a média de idade dos estudantes universitários brasileiros gira em torno dos 24 anos e que a maioria dos mestres apresentam faixa etária entre 31 e 40 anos de idade. Por conseguinte, supomos que essa preocupação por maior qualificação esteja sendo difundida entre os adultos jovens (meia idade), embora o incentivo do Estado para tal venha ocorrendo cada vez menos, fruto da crise atual do estímulo às pesquisas.

Esse aspecto talvez seja refletido na escolha predominante da linha de pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais. Uma busca por entendimento e disseminação de conhecimento que permitam ampliar a importância da ‘mão do Estado’ para o desenvolvimento do mesmo.

É por meio monitoramento da produção científica que a compreensão sobre os objetos de pesquisa mais recorrentes, possibilita mapear dinâmicas e tendências da comunidade científica e torna palpável mensurar o avanço de áreas do conhecimento e atuações multidisciplinares, além da identificação de oportunidades para o desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse arcabouço, torna-se um subsídio relevante para a tomada de decisão e gestão de políticas de ciência, tecnologia e inovação (CGEE, 2021).

Por essa razão, buscamos identificar também os principais temas das dissertações dos egressos, são eles: água, turismo, trabalho, gênero, tecnologia, educação, políticas públicas, desigualdade, agricultura, meio ambiente, economia, violência e saúde. Aqui abriremos um parêntese para enfatizar o principal tema abordado: a água, com isso ousamos dizer que esse fato está relacionado ao incipiente entendimento histórico de que a desigualdade entre as regiões brasileiras advém da escassez de água em parte do território nacional, em especial a região Nordeste.

Ressaltamos ainda o desenvolvimento de pesquisas pelos egressos do sexo feminino sobre questões de gênero, o que transparece a preocupação da parte das mestrandas com a desigualdade e preconceito ainda existentes com esse público e coloca o tema também como uma vertente para busca do desenvolvimento.

Contudo, através da análise dos temas abordados, inferimos que durante a capacitação em Desenvolvimento Regional há a disseminação do entendimento de que desenvolvimento engloba uma gama de vertentes, diferente do que era posto no início da epistemologia na área, a qual atribuía esse fato apenas a questão economia.

A compreensão pode ser confirmada por meio da fala de um de nossos entrevistados, quando disse:

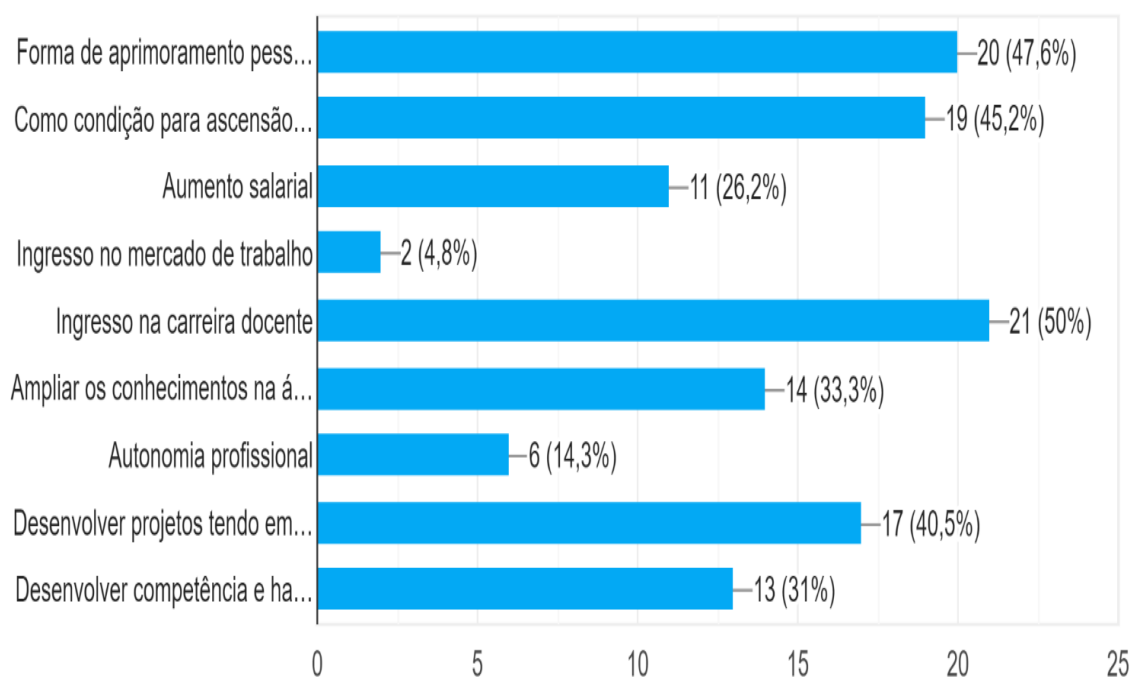
“a gente passa a ter uma abrangência, um olhar mais minucioso, quanto as invisibilidades que existem tão próximo da gente. A questão do desenvolvimento social, cultural, econômico, uma série de coisas que as vezes passa despercebido quando não tem a oportunidade de cursar o mestrado dessa natureza.” (EGRESSO I)

Nessa perspectiva, Furtado (2013) expõe que às bases interdisciplinares da teoria do desenvolvimento deve-se o estímulo da reflexão crítica que ela incita, capaz de semear novos rumos para a produção teórica nas ciências sociais, sendo os horizontes por ela abertos propícios ao aprofundamento da consciência crítica do homem contemporâneo.

4.2 A Escolha pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional– UEPB

Nessa etapa, foi possível inferir que os participantes da pesquisa buscaram o curso de pós-graduação em Desenvolvimento Regional com a perspectiva, em sua maioria, pelo crescimento intelectual pessoal, ao passo que 50% disseram que o ingresso na carreira docente foi o motivo, e, aproximadamente 47,6%, responderam que um dos motivos pela escolha do mestrado se deu como uma forma de aprimoramento pessoal. Enfatizamos ainda o fato de 40,5% desses sujeitos se preocuparem também com o desenvolvimento de projetos para promover o desenvolvimento da cidade/região onde residem.

Figura 8 – Motivo da escolha do curso



Fonte: Cavalcanti, 2021.

Quando perguntados sobre os procedimentos de ensino adotados pelos professores para o alcance dos objetivos do curso, percebemos que 45,2% (19 respondentes) relataram ser adequados. E quanto à disponibilidade dos professores para orientação, aproximadamente 23,8% (10 respondentes) informaram que a maioria dos professores tem disponibilidade.

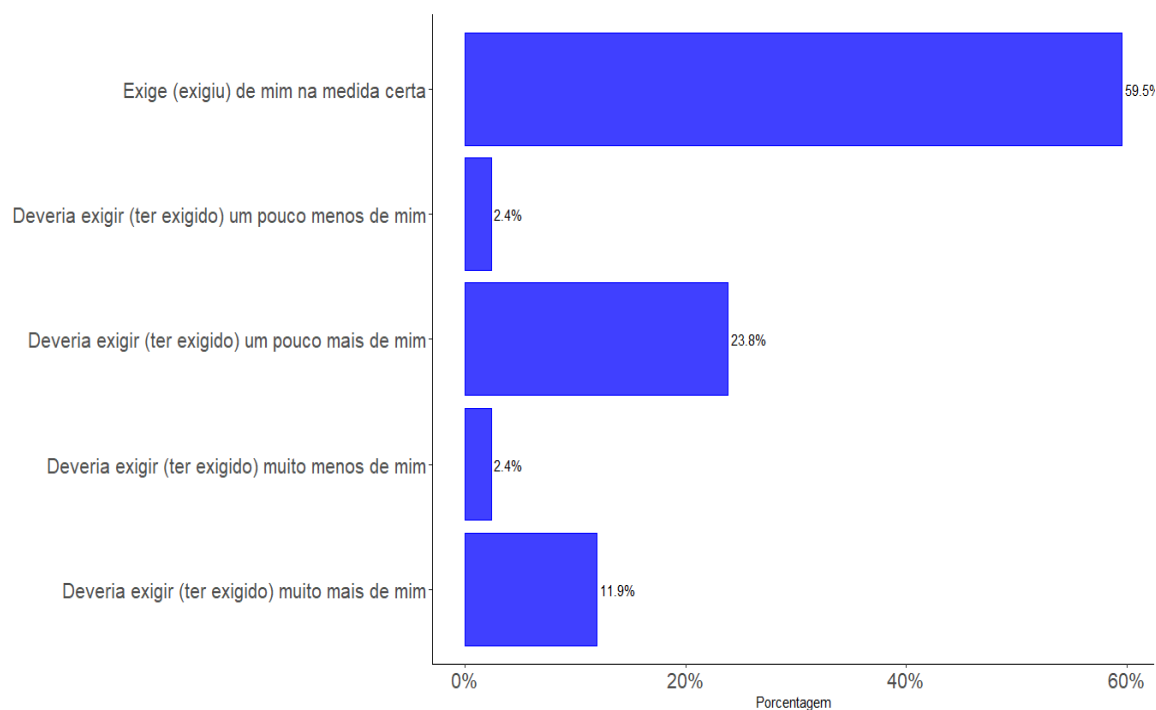
4.3 Recursos Educacionais para Formação/Capacitação

Fica evidente que com o passar do tempo a Pós-graduação deixou de priorizar da elite intelectual brasileira e passou a ser responsável pela qualificação para inserção no mercado de trabalho. Essa mudança carrega consigo vários desafios, dentre os quais, a necessidade da disponibilização de recursos suficientes para o alcance do novo público alvo. Dessa forma, a disponibilização de um acompanhamento adequado, que atenda demandas que permeiem desde o âmbito acadêmico à produção tecnológica e formação profissional geral. Essa demanda, de acordo com os moldes europeus adotados desde a implantação da pós-graduação no Brasil, deve ser atendida por meio da disponibilidade de um

“tutor”, hoje denominado orientador.

Nessa perspectiva, foi perguntado aos egressos como eles avaliam a exigência do curso, percebemos 59,5% dos respondentes informaram que o curso exige (exigiu) na medida certa e 23,8 dos respondentes acham que deveria ser exigido um pouco mais.

Figura 9 – Nível de exigência do curso

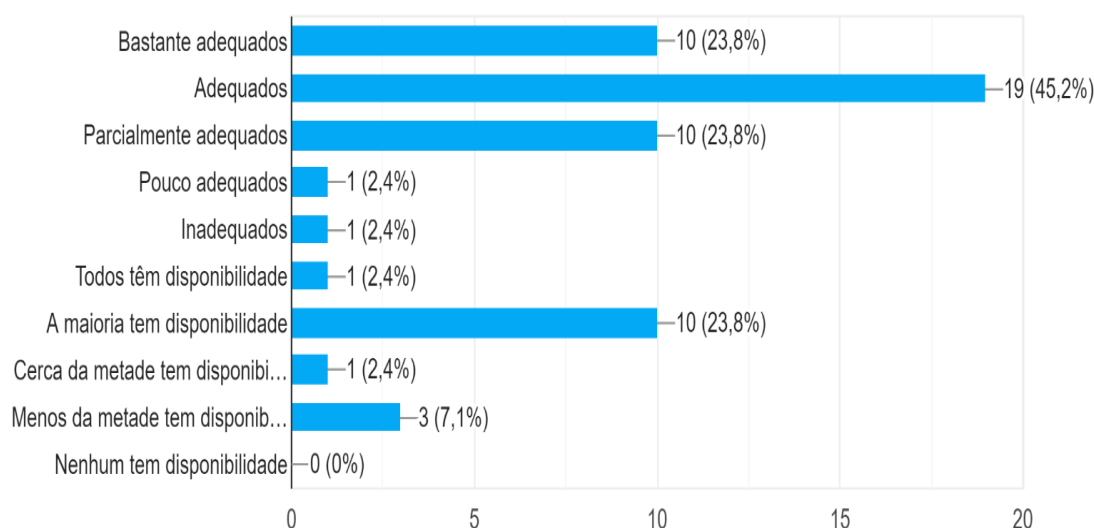


Fonte: Cavalcanti, 2021.

Ao passo que os respondentes, em sua maioria, afirmaram que o grau de exigência do curso supriu a demanda necessária para a qualificação almejada ao ingressarem no curso, também afirmaram que os professores têm disponibilidade para acompanharem e orientarem os mestrandos, e que estes aplicam procedimentos metodológicos adequados aos objetivos do curso.

Nesse panorama, de acordo com o Egresso I, ele teve “valiosas contribuições, principalmente pelo professor orientador...e somado a outras contribuições de outros professores e a partir do mestrado”.

Figura 10 – Adequação de conteúdos ministrados e disponibilidade docente

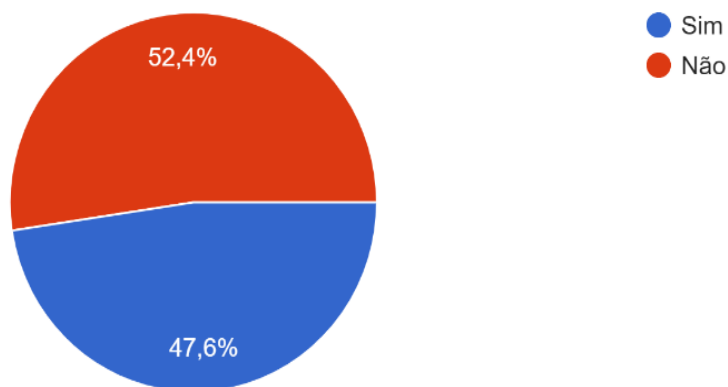


Fonte: Cavalcanti, 2021.

Os entrevistados foram questionados também sobre a produção acadêmica fruto da pós-graduação. E ao serem questionados sobre a publicação ou não de sua dissertação: 52,4% afirmaram que não foi publicada e 47,6% responderam sim, esse fato pode indicar que o mestrado em Desenvolvimento Regional tem uma capacidade maior de gerar produtos científicos, para que essas pesquisas possam ser amplamente conhecidas e possivelmente aproveitadas na produção de conhecimento.

Visto que é consensual que a geração, difusão e transmissão desse conhecimento para atividades tecnológicas é um processo complexo e economicamente indispensável. Posto que a pesquisa científica desempenha papel determinante como impulsionador da inovação tecnológica e, por conseguinte, da evolução do sistema econômico e do desenvolvimento regional. O conjunto de instituições que propiciam tal articulação compõe o Sistema Nacional de Inovação, ainda imaturo, no caso do Brasil, devido, principalmente, à baixa intensidade tecnológica da estrutura industrial (ALBUQUERQUE *et al.* 2005).

Figura 11– Publicação da dissertação



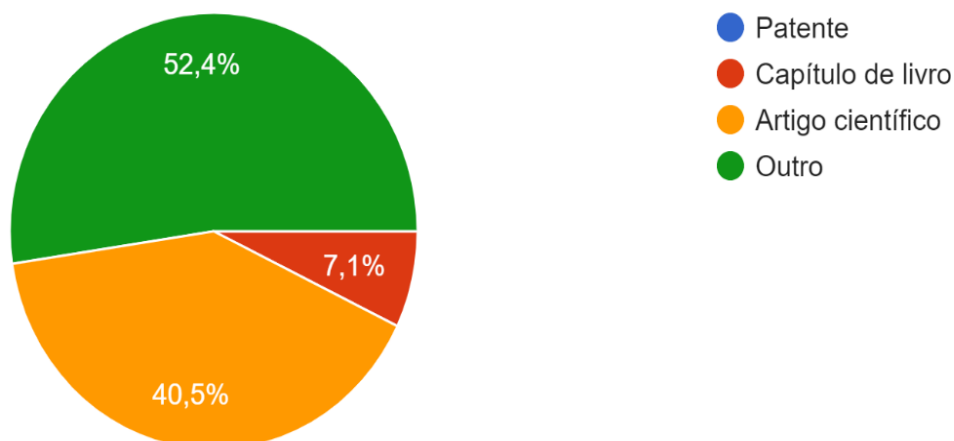
Fonte: Cavalcanti, 2021.

Com relação ao tipo de produto científico gerado pela dissertação, vemos que a maioria optou por “outro” tipo de produto, o que nos remete ao fato anterior de que a maioria não destinou sua pesquisa à publicação, mas somente a conclusão do curso por meio da produção obrigatória da dissertação.

Nessa perspectiva é possível apontarmos uma grande deficiência do curso, tendo em vista, sobretudo, que a publicação é uma das variáveis de avaliação pontuados pela CAPES, porém essa responsabilidade recai com maior ênfase sobre os mestrandos e seus respectivos orientadores, visto que, mesmo identificada a contribuição e incentivo por parte da coordenação, no sentido de propiciar ensinamentos e cultivo da experiência para pesquisa e escrita científica durante o curso, o que pode ser detectado na fala do Egresso I: “também quero acrescentar a questão do ganho que tive no poder da escrita, da pesquisa, no desempenho científico que foi adquirido durante todo o mestrado”, esse fato não reflete de forma positiva nos números de publicações.

Todavia, é importante enfatizarmos que, dentre os respondentes, quase metade dos trabalhos geraram capítulos de livro ou artigo científico.

Figura 12 – Frutos das dissertações

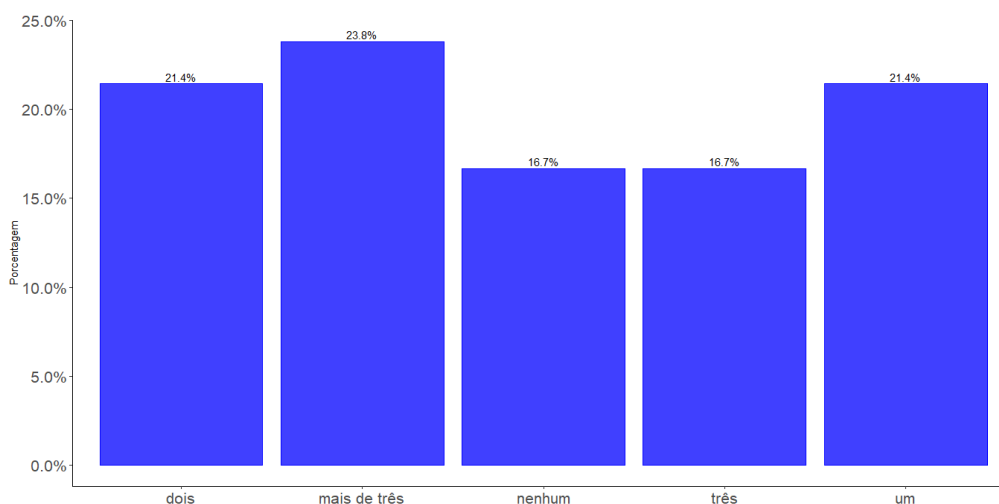


Fonte: Cavalcanti, 2021.

Nessa perspectiva, os egressos foram questionados também a respeito da quantidade de artigos publicados na área de abrangência do mestrado, com isso, percebemos que 40,5% dos respondentes publicou três ou mais artigos.

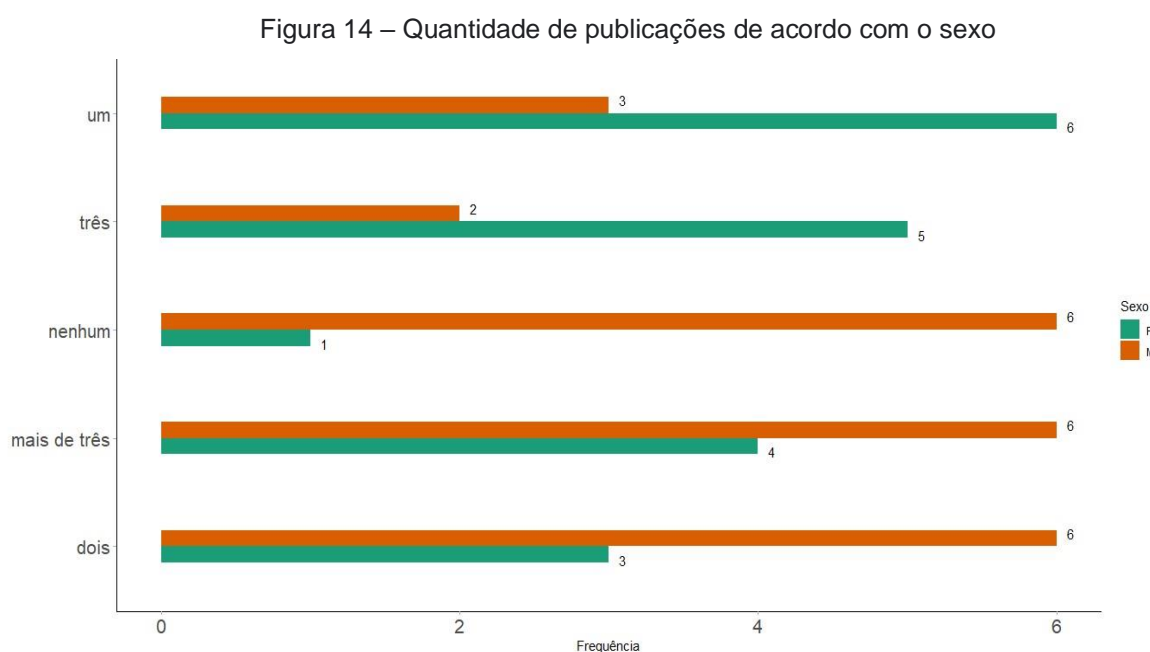
Esse fato pode indicar que quem publica tem tendência a ser bastante profícua, neste sentido, somando todos que publicaram mais de um artigo, o total passa para 61,9%, sendo a maioria. Ainda podemos observar que 17% fizeram publicação em outra área ou área afim. Fator que corrobora com a afirmação anterior de que os esforços para estimular a produção científica, além da exigida para conclusão do curso têm que ser maiores.

Figura 13 – Quantidade de publicações



Fonte: Cavalcanti, 2021.

Ao observarmos a quantidade de publicações de acordo com o sexo dos respondentes, percebemos que foi relativamente igual, tendo em vista que aos somarmos o quantitativo de publicações de homens e mulheres, identificamos que os homens publicaram em média 45 artigos, enquanto as mulheres 43, porém consideramos uma margem de erro ao considerarmos a resposta “mais de 3 publicações”, como sendo 4 para todos que responderam essa alternativa, como podemos verificar na figura 14.



Fonte: Cavalcanti, 2021.

Foi inevitável a reflexão quanto ao número de produção científica brasileira em relação à produção global. A partir dos dados consolidados de 2020, publicados na *Web of Science* foi possível identificar que a produção brasileira de artigos cresceu 32,2% em relação ao ano de 2015. No mesmo período, a produção global de artigos cresceu apenas 27,1%, esses dados demonstram que, embora o investimento em ciência venha passando por crise nos últimos anos, ainda assim a produção tem aumentado.

Figura 15 – Produção científica brasileira em relação à produção global



Fonte: Web of Science, dados extraídos em fevereiro de 2021.

Ainda podemos enfatizar a acentuada heterogeneidade espacial da produção científica, com grande concentração nas regiões Sudeste (SE) e Sul (S). Ambas responderam por mais de três quartos do total da produção de artigos, no período entre 2007 e 2009, seguidos pela região Nordeste (NE), com cerca de 15%, e pelas regiões Centro-Oeste (CO) e Norte (N), as quais, conjuntamente, não atingiram 10% do total nacional. Esse desequilíbrio regional na produção científica está intimamente associado às acentuadas disparidades na distribuição dos recursos científicos e tecnológicos nacionais (SIDONE et al., 2016).

Tabela 7. Evolução da distribuição regional da produção científica no Brasil por região

UF - TRIÊNIO	1992-1994	1995-1997	1998-2000	2001-2003	2004-2006	2007-2009
	%					
SUDESTE	68,0	65,1	61,8	57,7	56,1	54,3
SP	44,5	41,1	37,3	34,0	33,3	31,8
RJ	13,8	13,5	13,0	12,0	11,3	10,5
MG	9,2	9,9	10,8	10,8	10,5	11,0
Sul	16,4	18,0	19,2	21,0	21,5	22,1
RS	9,0	9,4	9,6	10,5	10,6	10,9
PR	4,3	5,0	5,9	6,8	7,0	7,1
SC	3,1	3,6	3,8	3,7	3,8	4,0
NORDESTE	9,2	10,1	11,5	12,9	13,8	14,9
CENTRO-OESTE	4,3	4,7	5,1	5,9	6,1	5,9
NORTE	2,1	2,0	2,3	2,5	2,5	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIDONE et al., 2016.

4.4 Perfil e Repercussão da Pós-graduação na Atividade Profissional dos egressos

Com relação à atividade profissional exercida antes e depois da pós-graduação, a pesquisa mostrou que dentre os egressos que eram economicamente ativos durante o mestrado, 40,5% dos respondentes continuaram exercendo as mesmas atividades e 33,3% passaram a exercer outras atividades relacionadas com a formação no mestrado, o que nos remete a importância da qualificação escolhida por estes sujeitos.

Figura 16 – Atividade exercida antes e depois do mestrado



Fonte: Cavalcanti, 2021.

Dentre os mestres que passaram a exercer outras atividades e, que essas têm a ver com a capacitação que concluíram, foi elaborado uma nuvem de palavras com essas atividades para que tenhamos noção das mesmas.

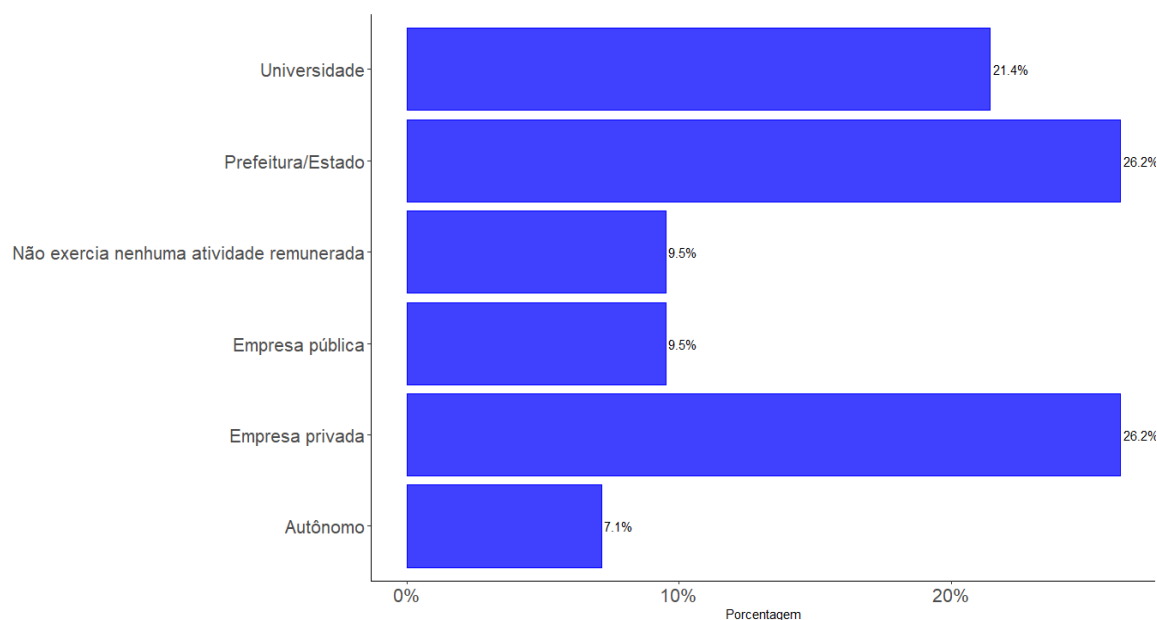
produção do conhecimento e para a estruturação da área de pós-graduação e pesquisa em desenvolvimento regional no Brasil.

Na busca por esse progresso, de acordo com o também entrevistado, Luciano Albino - professor do curso de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e membro gestor da universidade - a Capes encontrava-se, no momento da implantação do curso, num processo de investir em programas que tivessem esse olhar sobre o regional e com a existência da área chamada de Planejamento, Desenvolvimento Regional e Demografia, assim, a UEPB por estar situada geograficamente na Região Nordeste, aproveitou essa demanda.

Ademais, Albino ainda afirma que a UEPB estava em um momento de expansão, tanto em número de Campus, quanto na implantação de novos cursos de pós-graduação, estes que em sua maioria “seguiram a linha da interdisciplinaridade, do desenvolvimento regional, da inserção da universidade nesse universo mais próximo das demandas da nossa região.” E que todos esses avanços foram frutos da conquista pela autonomia financeira recém conquistada pela UEPB e que agora a grande demanda é de “garantir essas conquistas”.

Os egressos foram questionados também onde exerciam as atividades profissionais antes do mestrado. Assim, percebemos que 57,1% dos respondentes exerciam suas atividades em empresas públicas em geral, divididos da seguinte forma: universidades 21,4%; prefeituras ou estados 26,2% e demais órgãos públicos 9,5%. Através dessa distribuição questionamos se o percentual de não bolsistas apresentado acima (46,9%), pode estar relacionado ao fato de que estes não podem acumular a bolsa com uma atividade de cunho profissional remunerada.

Figura 18 – Atividades exercidas antes da pós-graduação

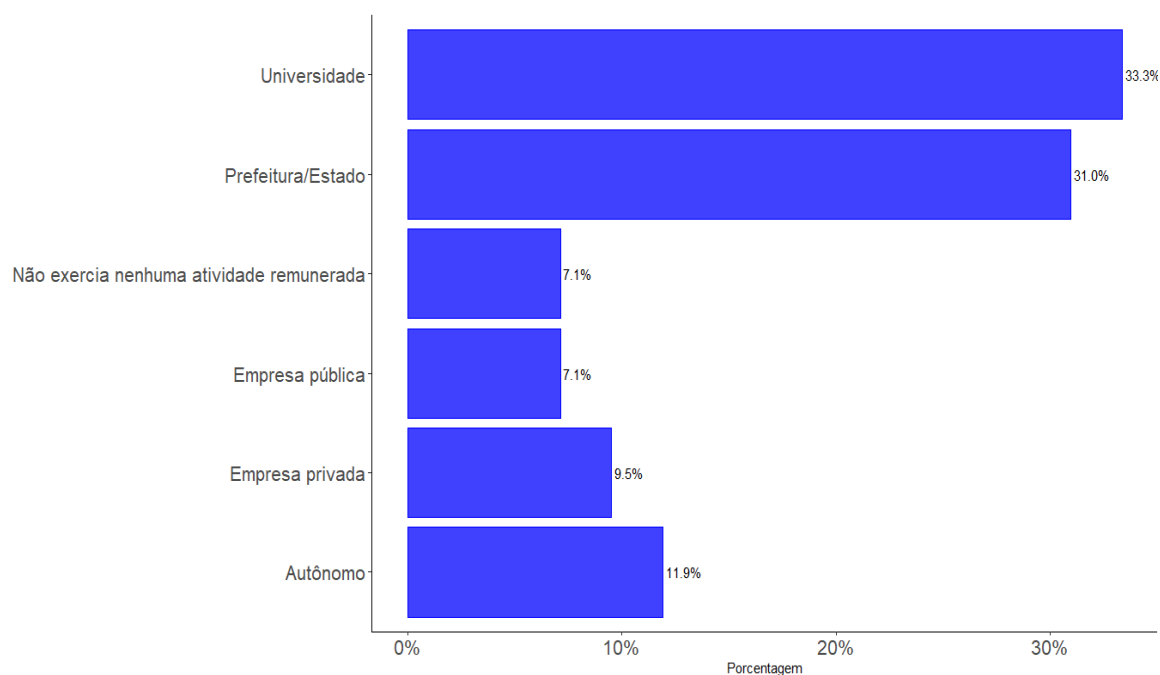


Fonte: Cavalcanti, 2021.

Na perspectiva do entendimento da repercussão da qualificação na vida dos egressos do mestrado, pesquisamos também em qual local esses sujeitos passaram a exercer suas atividades profissionais após do mestrado. Com essas informações, percebemos que houve mudança ao comparamos com as atividades anteriores, pois após a pós-graduação, 71,4% dos respondentes passaram a trabalhar em empresas públicas, subdivididos da seguinte forma: universidades 33,3%; prefeituras ou estados 31% e demais órgãos públicos 7,1%.

Por meio desses dados podemos depreender que, provavelmente, o fato de terem se qualificado com a pós-graduação corroborou com uma maior empregabilidade no setor público e ainda uma diminuição no percentual de inativos, que, embora sutil, reduziu para 7,1%.

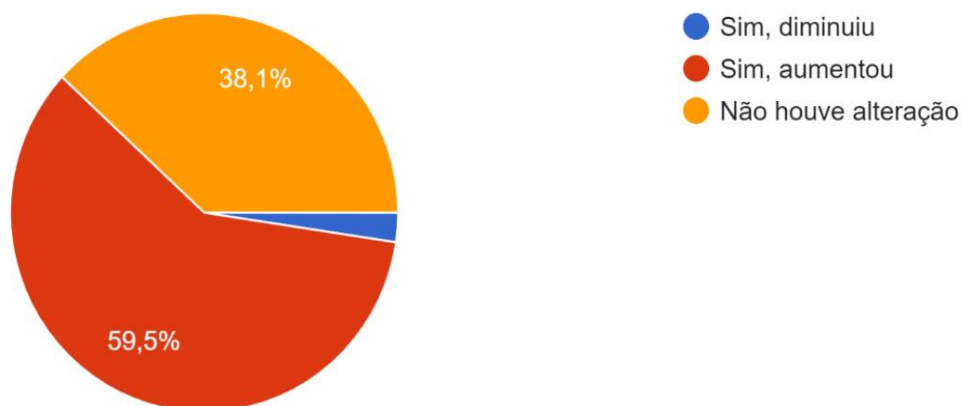
Figura 19 - Atividades exercidas após a pós-graduação



Fonte: Cavalcanti, 2021

Ao tratarmos sobre a repercussão da realização do mestrado sobre a vida profissional dos egressos, precisamos também inferir se houve impacto na remuneração dos sujeitos, visto que esse aspecto pode ser um fator potencial de transformação da realidade de cada indivíduo. Assim, por meio da pesquisa, pudemos identificar que apenas 2,4% (1 respondente) teve diminuição em sua remuneração após o mestrado em Desenvolvimento Regional. E que para aproximadamente 60% dos egressos, o Mestrado foi propulsor do aumento de sua remuneração.

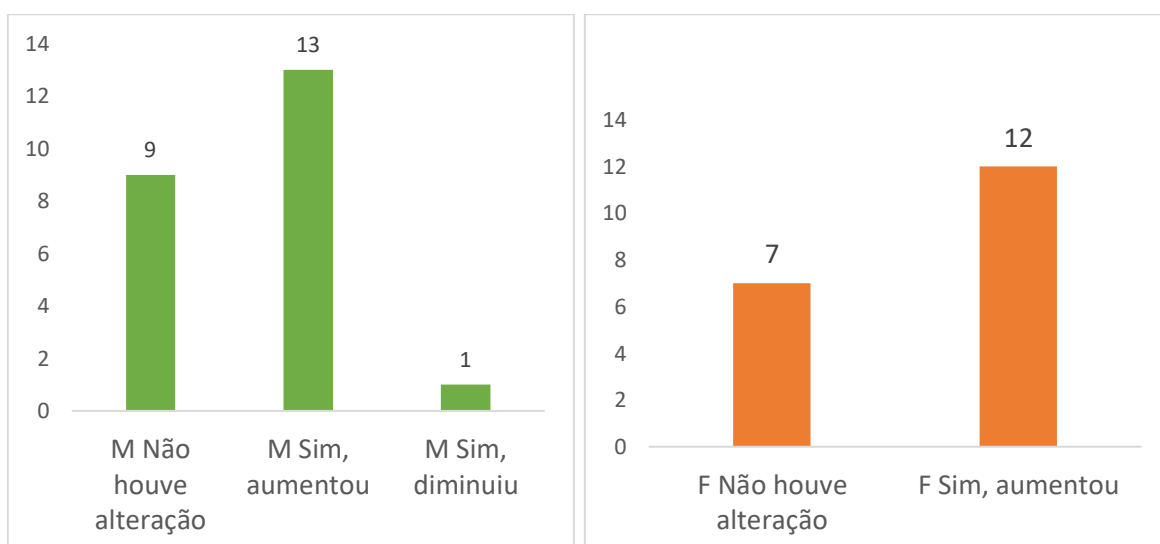
Figura 20 – Salário depois da realização do mestrado



Fonte: Cavalcanti, 2021

O preconceito por gênero está presente em praticamente todas as sociedades, independente de características culturais, religiosas ou de sistemas políticos e econômicos. No mercado de trabalho brasileiro, uma das principais características está na discrepância salarial entre homens e mulheres. Estas que, apesar de serem mais qualificadas ou mesmo quando ocupam cargos equivalentes aos dos homens, detêm um menor salário. Baseados nesse contexto, buscamos entender também se esse fato ocorre também com os egressos da pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

Figura 21 – Salário depois da realização do mestrado de acordo com o gênero



Fonte: Cavalcanti, 2021.

De acordo com a figura, é possível imaginar que foi extremamente sutil a diferença entre homens e mulheres. Porém, ao considerarmos o número de respondentes do sexo masculino (23 egressos) e do sexo feminino (19 egressos), entendemos que 63,1% das mulheres tiveram sua remuneração elevada, e dentre os homens 56,5% aumentaram seu salário. Esse fato vai de encontro ao cenário nacional apresentado.

Corroborando com esse mesmo viés de entendimento, de que a pós-graduação impactou positivamente na vida profissional dos egressos, a maioria dos respondentes afirmaram que o mestrado em Desenvolvimento Regional agiu como um diferencial na sua carreira profissional, ao passo que grande parte informou que o mestrado produziu modificações substanciais no seu processo de trabalho, aumentou os conhecimentos técnicos e modificou substancialmente a postura no trabalho.

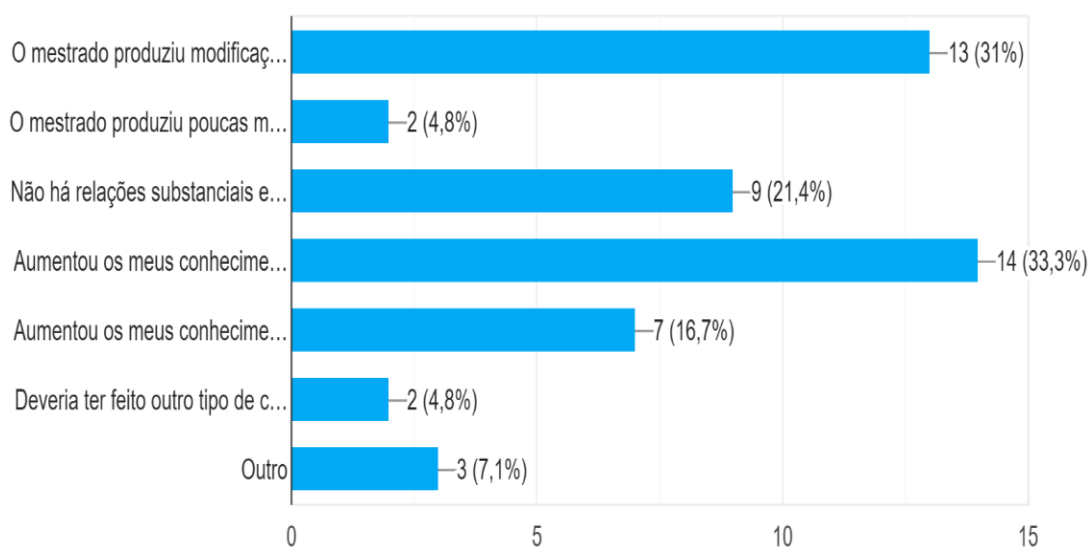
Conforme observamos nas falas dos Egresso I e III:

“o mestrado ele veio somar, ele me trouxe conhecimento, me trouxe mais segurança e com certeza, quanto as experiências de trabalho, para mim foram muito positivas né? Uma vez que eu já exercia o cargo de docente em algumas universidades particulares, assim como também desenvolvo uma outra atividade numa empresa própria de comércio, e tanto uma como a outra, isso me trouxe base, me trouxe segurança e terminou promovendo o melhor desempenho na minha vida profissional.”(EGRESSO I)

“Logo após que eu terminei foi bem satisfatório, eu consegui os objetivos que eu queria, fui professora substituta, fui professora em universidade particular, mas aí por questões pessoais mesmo acabei deixando a academia e hoje em dia eu trabalho com empreendedorismo e panificação” (EGRESSO III)

Todavia, houve também aqueles que afirmaram não haver relações substanciais entre o mestrado e as atividades que desempenha (21,4%) e uma minoria que não soube responder ou que deveria ter escolhido outro curso (apenas 7,1% e 4,8% respectivamente).

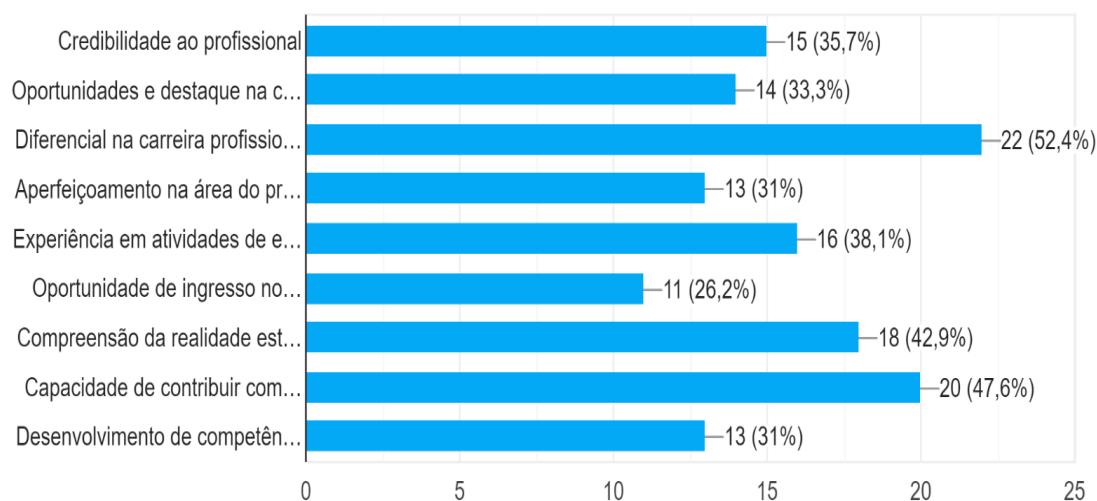
Figura 22– Relação Mestrado X Processo de Trabalho



Fonte: Cavalcanti, 2021

Foi possível observar ainda que os egressos apontaram alguns aspectos relevantes em sua carreira profissional impactados pela formação em Desenvolvimento Regional, sendo os mais indicados: diferencial na carreira profissional (52,4%), capacidade de contribuir com o desenvolvimento da cidade/região onde reside (47,6%) e compreensão da realidade estudada (42,9%).

Figura 23– Satisfação profissional após o mestrado



Fonte: Cavalcanti, 2021

Nesse contexto, o Egresso IV afirmou que:

“Nesta perspectiva, o MDR proporcionou-me conhecimentos que me capacitaram a cursar o doutorado numa área similar (Planejamento Urbano e Regional na UFRJ), no qual pode-se dizer que tem prosseguimento a pesquisa iniciada no mestrado. No MDR estudei a industrialização incentivada em Campina Grande e no doutorado o Parque Tecnológico de Campina Grande, num recorte histórico de 30 anos. Nos dois cursos foi observado momentos distintos da cidade e seus vetores de desenvolvimento.” (EGRESSO IV)

Essas constatações protagonizam o entendimento de que a pós-graduação em Desenvolvimento Regional pode ser um agente propulsor do planejamento de novas medidas voltadas ao progresso da região, além de atuar individualmente sobre seus sujeitos.

Seguindo esse entendimento, Furtado (2013) afirma que o verdadeiro desenvolvimento só é possível onde existir um projeto social subjacente ao econômico, quando prevaleçam as forças que lutam pela efetiva melhoria das condições de vida da população que o crescimento se transformará em desenvolvimento. No contexto da nossa pesquisa, atribuímos à qualificação profissional esse papel.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve o objetivo de analisar a atuação e inserção profissional dos egressos mestres do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no período de 2011 a 2020. Dessa forma, buscamos apresentar, na perspectiva dos egressos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, a repercussão da qualificação na vida profissional e conseqüentemente no âmbito da promoção do desenvolvimento local.

Para tanto, buscamos contemplar, de forma holística, todo viés que, por ventura, viesse a contribuir com a pesquisa. Todavia, ao tratar-se de um estudo que teve como objetivo a óptica dos sujeitos sobre a problemática, tivemos que superar obstáculos como a dificuldade de alcançar egressos disponíveis a participar da pesquisa, bem como entraves ligados a um fator paralelo, a pandemia do COVID-19, ocorrida durante toda a pesquisa. Esta que, além de causar impactos e prejuízos em seus distintos domínios, o campo da pesquisa, principalmente a empírica, foi impactada.

Todavia, o estudo sobre egressos e avaliação institucional se faz muito relevante, sobrepondo as dificuldades enfrentadas, considerando que na contemporaneidade a universidade está vivendo uma fase de construção de uma nova cultura de dar respostas ao seu aponte no papel do compromisso social, ampliação das pesquisas científicas, difusão e construção do conhecimento, com a formação do cidadão que exerça suas responsabilidades sociais, políticas, culturais e éticas.

Com essa intenção o estudo em tela apresenta a trajetória e atuação profissional dos egressos do programa de mestrado em Desenvolvimento Regional /UEPB, fornecendo elementos para observação de questões que constituem um campo fértil para futuros estudos e ações.

A construção sistemática de estudos sobre os egressos e o acompanhamento de fluxo contínuo constitui-se numa ferramenta para estabelecer e desenvolver estratégias para o melhoramento da gestão institucional de um modo geral. Desencadeando ações de aproximação, contato direto e ampliação da relação universidade/mercado de trabalho, também para que os egressos tenham

um canal de interação de projetos e pesquisas com o mestrado e a universidade.

Diante dessa necessidade de estudo sobre a inserção profissional dos egressos, presumimos que a região que sedia as instituições de ensino superior tendem a ter mais possibilidades para conduzir o processo de desenvolvimento de forma mais eficaz, por incrementar o capital humano, uma das dimensões do desenvolvimento regional, com uma pequena faísca na redistribuição de políticas de incentivo ao desenvolvimento, tendo em vista os cursos voltados à capacitação de profissionais nessa área estarem, em sua maioria, alocados em cidades interiorizadas, portanto “periféricas ao desenvolvimento”.

Nessa perspectiva, apontamos que a implantação do curso de mestrado em Desenvolvimento Regional na cidade de Campina Grande –PB, vem contribuindo para que o processo de desenvolvimento da região se faça, tanto por promover pesquisas e projetos voltados a essa área, quanto por corroborar na continuidade da qualificação profissional dos indivíduos, promovendo progressão funcional e salarial para estes. Posto que a maioria dos mestres formados apresentavam como residência essa cidade ou cidades circunvizinhas. O que ratifica nosso entendimento inicial de que a implantação do curso já é, por si só, uma forma de promoção de desenvolvimento.

Contudo, através da pesquisa, podemos inferir que, pelo fato de estarmos situados em uma região historicamente tida como pouco desenvolvida, a busca por estratégias de desenvolvimento, pautadas na pesquisa e conhecimento sobre esse fenômeno, não se dá de forma equânime, fato evidenciado pela a distribuição desigual dos cursos de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e que essa busca se deve a necessidade de propiciar uma análise de conjuntura, de construir leituras, interpretações políticas e econômicas da nossa região, principalmente em torno do universo Campina Grande.

Depreendendo-se dessa análise, o curso de pós-graduação em Desenvolvimento Regional se faz de grande relevância por fertilizar o campo do entendimento sobre diversas problemáticas e de formar profissionais antenados com a política e economia da nossa região.

À medida que tal capacitação é implementada, observamos também o fomento ao desenvolvimento pessoal dos sujeitos diretamente envolvidos, por meio da qualificação e satisfação pessoal, fato que, por sua vez, aquece a economia da

região onde estes estão inseridos, ao passo que repercute positivamente no mercado de trabalho.

O estudo também permitiu identificar “fraturas” no processo de qualificação por parte do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, seja por parte da forma de implementação da capacitação, pela necessidade de incentivo para uma maior produção científica, que difunda mais estudos a serem utilizados pela sociedade, ou ainda pela falta de apoio político para que cada vez mais cidadãos possam se dedicar à epistemologia do desenvolvimento regional.

De modo geral, o cenário de desequilíbrio, no que tange às perspectivas de desenvolvimento regional não é fruto apenas de fatores históricos da divisão territorial e por características inerentes à economia de cada localidade, mas também do descompasso agravado pela falta de incentivo em políticas de planejamento, tais como investimento na qualificação dos indivíduos que, por sua vez, são sujeitos de uma conjuntura capitalista, na qual o trabalho é fator propulsor do desenvolvimento.

Eu suma, a pesquisa trouxe como frutos dados inéditos sobre a inserção profissional dos egressos da pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB, que possibilitam o entendimento do seu impacto na vida profissional dos egressos e conseqüentemente a repercussão positiva da presença do curso na região. Além do fato dos apontamentos em face servirem para a busca por melhorias e planejamento de ações que vislumbrem o fortalecimento do curso.

Por meio do estudo em face, pudemos ratificar ainda a importância do investimento em qualificação profissional, em especial na pós-graduação, pois além de proporcionar a formação de recursos humanos, enfatizada pela realização e progresso pessoal, fertiliza o campo da pesquisa científica, sobretudo ligada às problemáticas locais, pesquisas que, por sua vez, podem ser transformadas em ações que permitam tanto às indústrias e poder público, quanto às Universidades da região, desenvolver trabalhos inovadores, considerando a formação de massa crítica capaz de auxiliá-los nos empreendimentos sociais e econômicos.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Luciano. Ensino superior e desenvolvimento regional: o exemplo da Universidade Estadual da Paraíba, **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 2, p. 5-2, 2017.

Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/6553>>.

ALBUQUERQUE, E. *et al.* Produção científica e tecnológica das regiões metropolitanas brasileiras. **Revista de Economia Contemporânea**, v.9, n.3, p.615-642, 2005.

ANPG. Série executiva ANPG – Mapeamento nacional de bolsas da capes. Associação Nacional de Pós-graduandos. 2020. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/16/07/2020/mapeamento-nacional-de-bolsas-da-capes/>.

BALASSIANO, M.; VENTURA, E. C. F.; FONTES FILHO, J. R. Carreiras e cidades: existiria um lugar melhor para se fazer carreira? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 22- 35, 2004.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. **A pós-graduação no Brasil**: novos desafios para uma política bem-sucedida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1, 2005. p. 285-314 Disponível em < <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/9posgrado.pdf> > Acesso em: 28 de fev. 2021.

BOISIER, S. E. Modernidad e Territorio. **Cadernos del ILPES**. Santiago del Chile: Ilpes/Cepal, n. 42, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Requisitos para a Apresentação de Propostas de Cursos Novos** (APCN). Manual de preenchimento da Plataforma Sucupira. 2019. 70p. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/#>. Acesso em 14 mai. 2020.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma SUCUPIRA. **Relatório de dados enviados ao Coleta**

de Informações. 2018b. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/#>>. Acesso em 14 julho. 2020.

BRASIL. Relatório de desenvolvimento humano 2019. 2020. Disponível em:<<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2019.html>>

CAMARANO, A.A. CARVALHO, D.F. KANSO, S. Saída precoce do mercado de trabalho: aposentadoria ou discriminação? **Ciência e Saúde Coletiva**. V. 24, n.9, 2019.

CAMPOS, M.M.; FÁVERO, O. A pesquisa em educação no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 88, p. 5-17, 1994.

CAPES. **Relatório técnico da DAV**. Egressos da Pós-Graduação: Áreas estratégicas. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/19122018_Cartilha-DAV-Egressos.pdf>.

CARVALHO, de Otamar. **Desenvolvimento Regional: um problema político**. 2ª Ed. EDUEPB. Campina Grande, 2014.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). Panorama da ciência brasileira: 2015-2020. **Boletim Anual OCTI**, Brasília, v.1, jun. 2021. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE_Pan_Cie_Bra_2015-20.pdf>.

CORRÊA, José Carlos Severo. SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. KIST, Rosane Bernadete Brochier. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**. V. 15, N. 7, Edição Especial, P. 3-15, dez/2019. Taubaté, SP, Brasil.

COSTA, E. J. M. da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

COUTINHO, M.; et al. Intellectual Property Rights and Public Research in Biotechnology: the Scientistis Opinion, In: *Scientometrics*, 58-3,2003, p. 641-656.
Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/220364564_Intellectual_property_and_public_research_in_biotechnology_The_scientists_opinion> Acesso em: 28 de fev. 2021>.

FURTADO, Celso. **Essencial**. Apresentação e organização: Rosa Freire d' Aguiar. Prefácio: Carlos Brandão. São Paulo: Penguin Companhia, 2013.

FELIPPO, R.G. Avaliação da distribuição espacial da taxa de analfabetismo e de desemprego na região do pontal do paranapanema. **Colloquium Exactarum**, v. 9, n.4, Out-Dez, p.01–07, 2017.

FERREIRA, A.; DINIZ, C. Convergência entre as rendas per capita estaduais no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 4 (60), 1995.

FERREIRA, Elza Cristina da Costa. **A Importância das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Regional em Portugal**. [Tese]. Universidade de Évora, Portugal, 2019.

FERREIRA, F. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil**: luta de classes ou heterogeneidade educacional? Rio de Janeiro: PUC-Rio, fev. 2000. (Texto para discussão, n. 415).

FURTADO, C. **A economia colonial brasileira nos séculos XV e XVII**. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **Teoria e política do Desenvolvimento econômico**. 4^o Ed., Editora Nacional, 1971.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed., São Paulo: Atlas 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise de condições de vida da população brasileira**. 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>.

LE GOOF, J. **História e Memória**; tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP, Ed. UNICAMP, 1990.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R. F. Teorias Clássicas do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica: O caso do Brasil. **Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, BA, ano XII, n. 21, julho de 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878/940>>.

MEIRA, M.D.D. et al. Avaliação por Egressos Como Indicador de Qualidade do Processo de Formação na Graduação. **Revista de Ciências Gerenciais**. v. 22, n. 35, p. 68-74, 2018.

MENDES, W.A. et al. A influência da capacidade econômica e da formação de receitas públicas no desenvolvimento humano. **Revista de Administração Pública**. v.52, n.5 Rio de Janeiro set./Out. 2018.

MORAES. F.F. de. Universidade, inovação e impacto socioeconômico. **Perspectivas**, São Paulo. V.14. Nº 3. Jul/set. 2000.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. GeraldDuckworth & CO. LTD: London, 1957.

NOBRE, Lorena Neves. FREITAS, Rodrigo Randow. A evolução da pós-graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering**, São Mateus, Vol. 3, N.º 2, p. 18-30, 2017.

NORTH, D. C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: Schwartzman, J. **Economia regional: textos escolhidos**. Cedeplar, Belo Horizonte, 1977.

OLIVEIRA, R. C.; SILVEIRA NETO, RAUL DA MOTA. (2015), Afinal, quão importantes são as desigualdades de escolaridade para explicar as disparidades regionais de renda no Brasil?. in: **43º encontro nacional de economia**, 2015, Florianópolis. Anais da ANPEC, 2015.

PEREIRA, M.G. **Epidemiologia: teoria e prática**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

PEREIRA, Patrícia. Formados para o mercado. **Revista Ensino Superior**. Edição 121-10/2018.

PESSOA, S. Existe um problema de desigualdade regional no Brasil? In **Anais do Encontro Nacional de Economia**, Salvador. ANPEC. 2000. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105174.pdf>>.

PETEROSSO, H.G. **Subsídios ao estudo da Educação Profissional e Tecnológica**. 2. ed. São Paulo: Centro Paula Souza, 2014.

PETEROSSO, H.G. **Subsídios ao estudo da Educação Profissional e Tecnológica**. 2. ed. São Paulo: Centro Paula Souza, 2014.

PIAGET, J. **The epistemology of interdisciplinary relationships**. In PIAGET, J. (org.) *Main Trends in Interdisciplinary*.

RIGHETTI, S. Crise nas universidades. **Ciência e Cultura**. v.69 n.2 São Paulo Apr./Jun. 2017.

R Core Team. R: **A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. 2021. Disponível em: <https://www.R-project.org/>

RODRIGUES, Viviane Cristina de Oliveira Melo. **A importância da educação como fator de desenvolvimento local: um estudo no município de Sumé - PB**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande – PB, 2019.

ROSSEEL, Yves et al. Package ‘lavaan’. **Retrieved June**, v. 17, p. 2017, 2017.

ROUQUAYROL, M.Z; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia & Saúde**. 6ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.

SALERNO, M. S. et al. **Uma proposta de sistematização do debate sobre falta de engenheiros no Brasil**. In: OLIVEIRA, M. P. P. et al. (Org.). Rede de pesquisa: Formação e mercado de trabalho. Brasília: ABDI: Ipea, v. 4. p. 135-159, 2014.

SANTOS, Luiz Carlos dos. **A UNEB e a Promoção do Desenvolvimento Local e Regional: O caso dos cursos de pós-graduação stricto sensu – uma análise de 2002 a 2013**. [Tese]. Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador – BA, 2015.

SCHULTZ, T. **O valor econômico da educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 2ª Ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SCHWARTZMAN, S. A. **Space for Science**: the Development of the Science in Brasil. University Park: Pennsylvania State University Press, 1991. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/space/summary.htm>. Acesso em: 28 de fev. 2021.

SEN. Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

SIDONE, Otávio José Guerci; HADDAD, Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **Transinformação**, v. 28, p. 15-32, 2016.

SILVA, Ivson Conceição. FARIAS, Leidiane Alves de. SANTOS, Willian. Pós-graduação e produção científica: a teoria do capital humano e as demandas do setor produtivo. **Filosofia e Educação [RFE]** – v. 8, n. 3, p. 142-168, 2017.

SILVA, João Oliveira Correia da. **Amartya Sen: Desenvolvimento como Liberdade**, Programa de Doutorado em Economia, Faculdade de Economia do Porto. 2010. Disponível em: <http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf >.

SILVA, Lidiane Cristina, et al. Perfil dos programas de pós-graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento no Brasil e seu panorama da produção científica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 1, p. 328-351, mar. 2019.

SILVEIRA, et al. Os 25 Anos do PPGDR-UNISC e sua contribuição para a pós-graduação e pesquisa em Desenvolvimento Regional no Brasil. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v.25, n.3, p. 1257-1279 setembro-dezembro, 2020. ISSN 1982-6745 <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15549/pdf>.

SOUSA, Cidoval Moraes de; THEIS, Ivo Marques; BARBOSA, José Luciano Albino (org.). **Celso Furtado: a esperança militante**. V. 1 (Interpretações). Campina Grande: Eduepb, 2020a.

TEIXEIRA, F. Políticas públicas para o desenvolvimento regional e local: o que podemos aprender com os arranjos produtivos locais (APLs) **Organizações & Sociedade**. v.15 n.46, Salvador, 2008.

TEIXEIRA, Maria Aparecida de Andrade. **Perfil da produção científica dos docentes dos programas de pós-graduação em economia e a sua inserção no portal de periódicos da capes: um estudo métrico**. [Dissertação]. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2017.

Universidade Estadual da Paraíba. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. **Relatório**. Campina Grande, 2020.

_____. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. **Relatório**. Campina Grande, 2018.

WICKHAM, Hadley et al. **Package 'readxl'**. 2019.

WICKHAM, Hadley. **The tidyverse. R package ver**, v. 1, n. 1, p. 836, 2017.

WICKHAM, Hadley; FRANCOIS, R. Dplyr. In: useR! **Conference**. 2014.

WICKHAM, Hadley. ggplot2. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Computational Statistics**, v. 3, n. 2, p. 180-185, 2011.

WORCMAN, K. História oral, história de vida e transformação. In: SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. de (orgs.). **Depois da utopia: a história oral em seu tempo**. SP: Letra e Voz: Fapesp, 2013, p. 143-155.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

BLOCO I – OPÇÃO PELO PROGRAMA

1. Assinale o principal motivo que o fez cursar o Mestrado em Desenvolvimento Regional (pode escolher mais de uma alternativa)

- () Forma de aprimoramento pessoal
- () Como condição para ascensão profissional
- () Aumento salarial
- () Ingresso no mercado de trabalho
- () Ingresso na carreira docente
- () Ampliar os conhecimentos na área de atuação
- () Autonomia profissional
- () Desenvolver projetos tendo em vista promover o desenvolvimento da cidade/região que resido
- () Desenvolver competência e habilidades em pesquisa

BLOCO II – RECURSOS EDUCACIONAIS PARA FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

2. Como você avalia os procedimentos de ensino adotados pela maioria dos professores, quanto à adequação aos objetivos do curso e disponibilidade para orientação? (pode escolher mais de uma alternativa)

- () Bastante adequados.
- () Adequados.
- () Parcialmente adequados.
- () Pouco adequados.
- () Inadequados.
- () Todos têm disponibilidade.
- () A maioria tem disponibilidade.
- () Cerca da metade tem disponibilidade.
- () Menos da metade tem disponibilidade.
- () Nenhum tem disponibilidade.

3. Como você avalia o nível de exigência do curso?

- Deveria exigir (ter exigido) muito mais de mim.
- Deveria exigir (ter exigido) um pouco mais de mim.
- Exige (exigiu) de mim na medida certa.
- Deveria exigir (ter exigido) um pouco menos de mim.
- Deveria exigir (ter exigido) muito menos de mim.

BLOCO II – PROCESSO DE TRABALHO

4. Ao término do curso, você:

- Continuou exercendo as mesmas atividades
- Passou a exercer outras atividades relacionadas com a formação no mestrado. (consultoria, assessoria, experiência inovadora, criação de lei, participação em plano diretor...)

Caso tenha escolhido essa opção, qual foi a atividade desempenhada?

-
- Passou a exercer outras atividades não relacionadas com a formação no mestrado

5. Como você avalia a relação entre o mestrado em Desenvolvimento Regional e seu processo de trabalho? (pode marcar mais de uma alternativa)

- O mestrado produziu modificações substanciais no meu processo de trabalho
- O mestrado produziu poucas modificações no meu processo de trabalho
- Não há relações substanciais entre o mestrado e as atividades que desempenho
- Aumentou os meus conhecimentos técnicos e modificou substancialmente minha postura no trabalho
- Aumentou os meus conhecimentos técnicos, mas não influenciou minha postura no trabalho
- Deveria ter feito outro tipo de curso
- Outro

6.Sua dissertação de mestrado se transformou em:

Patente Capítulo de livro Artigo científico Outro

7.Sua dissertação foi publicada? Sim Não

8. Em relação a sua produção científica, quantos artigos foram publicados com temas relacionados ao mestrado em Desenvolvimento Regional?

Citar tema: _____

- nenhum
- um
- dois
- três
- mais de três

9.Onde você exercia suas atividades profissionais antes do mestrado?

- Universidade
- Prefeitura/Estado
- Empresa pública
- Empresa privada
- Autônomo
- Não exercia nenhuma atividade remunerada

10.Onde você atua profissionalmente nos dias atuais (após o mestrado)?

- Universidade
- Prefeitura/Estado
- Empresa pública
- Empresa privada
- Autônomo
- Não exerço nenhuma atividade remunerada no momento

11.O mestrado teve algum impacto na sua remuneração?

- Sim, diminuiu
- Sim, aumentou
- Não houve alteração

12. Em relação a sua satisfação profissional atualmente (após o mestrado), você possui: (pode marcar mais de uma alternativa)

- () Credibilidade ao profissional
- () Oportunidades e destaque na carreira
- () Diferencial na carreira profissional
- () Aperfeiçoamento na área do programa e no tema da pesquisa
- () Experiência em atividades de ensino e pesquisa
- () Oportunidade de ingresso no mercado de trabalho ou ascensão profissional
- () Compreensão da realidade estudada
- () Capacidade de contribuir com o desenvolvimento da cidade/região onde reside
- () Desenvolvimento de competências técnicas específicas e criatividade